



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2013**

**Processo nº:** 20.975/2013

**Origem:** Polícia Civil do Distrito Federal

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Montante em exame:** R\$ 1.541.565,59

**Ementa:** Auditoria. PCDF. PGA 2013. Decisão nº 77/2007. Correções a posteriori. Ilegalidades. Cumprimento de outras decisões plenárias. Verificação da regularidade dos pagamentos de parcelas remuneratórias (subsídios) de servidores inativos e pensionistas da Polícia Civil do DF. Acumulação de cargos. Situação das pensões concedidas a filhas maiores solteiras.

**Regularidade com ressalva.**

**Determinação e recomendação à PCDF.**

Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, e o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas ilegais, julgadas legais com correção posterior, bem assim das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores, além de acumulações de cargos e regularidade de pensões concedidas na vigência da Lei nº 3.373/58.

Esta auditoria consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2013, cuja aprovação se deu mediante Decisão Administrativa nº 96/2012, nos autos do Processo nº 28.335/2012.



# **AUDITORIA DE REGULARIDADE**

## **POLÍCIA CIVIL**

### **DO DISTRITO FEDERAL - PCDF**

## **Relatório**



## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	569
RESUMO.....	570
1 INTRODUÇÃO .....	571
1.1 APRESENTAÇÃO .....	571
1.2 OBJETO DA AUDITORIA.....	571
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	571
1.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA .....	572
1.4.1 Objetivo Geral .....	572
1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria.....	572
1.5 ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME.....	573
1.6 METODOLOGIA .....	573
1.7 CRITÉRIOS DE AUDITORIA.....	574
2 RESULTADO DA AUDITORIA.....	574
2.1 RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA 1 E 2.....	575
2.1.1 Achados de Auditoria .....	575
2.1.1.1 Análises e Evidências .....	575
2.1.1.2 Causas e Efeitos .....	595
2.1.1.3 Proposições.....	595
2.2 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 3 .....	596
2.2.1 Achados de Auditoria .....	596
2.2.1.1 Análises e Evidências .....	597
2.2.1.2 Causas e Efeitos .....	617
2.2.1.3 Proposições.....	618
3 BOAS PRÁTICAS .....	619
4 CONCLUSÃO .....	619
5 PROPOSIÇÕES.....	620



## LISTA DE SIGLAS

**ADI** – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
**ASS/DGPC** – Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil do DF  
**ATS** – Adicional por Tempo de Serviço  
**CPF** – Cadastro de Pessoas Físicas  
**CRFB** – Constituição da República Federativa do Brasil  
**DF** – Distrito Federal  
**DGP** – Departamento de Gestão de Pessoas  
**DIAP** – Divisão de Aposentadorias e Pensões  
**DIFIPE** – Divisão de Fiscalização de Pessoal  
**DTS** – Demonstrativo de Tempo de Serviço  
**DODF** – Diário Oficial do Distrito Federal  
**EC** – Emenda Constitucional  
**e-TCDF** - Sistema Eletrônico de Processos do TCDF  
**GDF** – Governo do Distrito Federal  
**INSS** – Instituto Nacional de Seguro Social  
**LC** – Lei Complementar  
**MPDFT** – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
**MPOG** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**NA** – Nota de Auditoria  
**PCDF** – Polícia Civil do Distrito Federal  
**PGA** – Plano Geral de Ação  
**QA** – Questão de Auditoria  
**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais  
**RE** – Recurso Extraordinário  
**RGPS** – Regime Geral de Previdência Social  
**SEAP** – Secretaria de Estado de Administração Pública do DF  
**SEPLAG** – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal  
**SES** – Secretaria de Estado de Saúde  
**SIAPÉ** – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
**SIAPEnet** - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Versão WEB)  
**SICOP** – Sistema Integrado de Controle de Processos  
**SIGRH** – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos  
**SIGRHWEB** – Sistema que compartilha o banco de dados SIGRH, com outra interface.  
**SIRAC** – Sistema de Registro de Admissões e Concessões  
**TCDF** – Tribunal de Contas do Distrito Federal  
**TCU** – Tribunal de Contas da União  
**TJDFT** – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios



## **RESUMO**

A presente auditoria teve como objeto a Gestão de Recursos Humanos, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF frente à legislação de regência, bem assim o cumprimento de determinações plenárias em concessões consideradas ilegais ou legais com correção posterior, além de outros temas como acumulação de cargos e regularidade de pensões concedidas a filhas maiores solteiras. Concluiu-se, alfin, que as recomendações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram integralmente cumpridas, bem assim que os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem em sua grande maioria às disposições legais que regem a estrutura remuneratória das Carreiras que integram a PCDF. Além disso, verificou-se a necessidade de providências adicionais por parte da jurisdicionada quanto aos temas acumulação de cargos e pagamentos de pensões deferidas sob a égide da Lei nº 3.373/58.



## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Apresentação**

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2013, cujos trabalhos de campo foram desenvolvidos no período de 28 de maio a 26 de julho do corrente ano.

### **1.2 Objeto da Auditoria**

2. O objeto do presente trabalho está delineado no parágrafo exordial.

### **1.3 Contextualização**

3. De acordo com o Decreto nº 30.490, de 22/06/2009, que aprovou o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, a PCDF, instituição permanente da administração direta, essencial à função jurisdicional, é dirigida por delegado de polícia de carreira e tem relativa autonomia administrativa e financeira.

4. A Polícia Civil do Distrito Federal tem como missão institucional promover, integrada às instituições congêneres, a segurança pública, visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas, por meio da apuração de delitos, da elaboração de procedimentos formais destinados à ação penal e da adoção de ações técnico-policiais, com a preservação dos direitos e garantias individuais.<sup>1</sup>

5. O cumprimento da missão institucional está ancorada na estrutura da Carreira de Delegado de Polícia e da Carreira de Polícia Civil, a qual é composta pelos cargos de Perito Criminal, Perito Médico Legista, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Papiloscopista Policial e Agente Penitenciário.

6. As citadas carreiras, a partir de 1º de setembro de 2006, passaram a ser

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.pcdf.df.gov.br/ImagensFTP/ATENA/Menu/311.PDF>>. Acesso em: 20 jun. 13.



remuneradas exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 11.361/2006, com valores atualizados pelas Leis nºs 11.663/2008 e 12.804/2013.

7. A intervenção do Controle Externo se faz presente na fiscalização da organização e estrutura remuneratória dessas carreiras pelo Tribunal de Contas do DF tendo em vista suas prerrogativas constitucionais.

## **1.4 Objetivos da Auditoria**

### **1.4.1 Objetivo Geral**

8. A presente auditoria tem por objetivo geral verificar/examinar a regularidade das acumulações de cargos, dos proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais, dentro do contexto definido na fase de planejamento, além do cumprimento de decisões proferidas pela Corte.

### **1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria**

9. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidas as seguintes Questões de Auditoria (QA's):

**QA 1:** A PCDF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas "*legais com recomendação posterior*", nos casos das concessões julgadas "*ilegais*" e nos demais casos de correção de remuneração (subsídio) ou de proventos de seus servidores?

**QA 2:** Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

**QA 3:** Os critérios de que se serve a PCDF para controlar as acumulações de cargos dos servidores daquela Pasta são adequados e suficientes para evitar situações em desconformidade com a legislação em vigor?



## **1.5 Escopo ou Alcance do Exame**

10. O escopo da Auditoria, quanto ao período em exame, compreende de forma preponderante o lapso temporal de agosto de 2008 a setembro de 2012. A última auditoria realizada no órgão para examinar as concessões julgadas "*legais com recomendação posterior*" foi tratada no Processo 27.494/2007.

11. Quanto às áreas fiscalizadas, o escopo dos trabalhos se estendeu aos setores de Recursos Humanos da Polícia Civil do Distrito Federal, especificamente àqueles responsáveis pela gestão de pessoas e manutenção da folha de pagamento, mediante o sistema informatizado de gestão de recursos humanos (SIGRH) e o sistema integrado de administração de recursos humanos (SIAPE), com possibilidade de ampliação dos trabalhos para outras unidades, no decorrer da auditoria, de forma a identificar procedimentos, documentação e agentes responsáveis pela adequação da sistemática de pagamentos e concessões de benefício às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

## **1.6 Metodologia**

12. As estratégias metodológicas adotadas foram basicamente:

- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
- Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, e sua versão web, o SIGRHWEB;
- Pesquisas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, e sua versão web, o SIAPEnet;
- Pesquisas nos portais de transparência do Governo Federal e do GDF;
- Pesquisas na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Base 2011);
- Pesquisas no site do Tribunal de Contas da União;
- Pesquisas no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual deste Tribunal;
- Pesquisas no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCDF);





- Confrontação dos atos com a legislação aplicável, assim como com os sistemas informatizados desenvolvidos pela Divisão de Fiscalização de Pessoal – DIFIPE;
- Conferência de memórias de cálculos;
- Amostragem;
- Entrevistas.

## **1.7 Critérios de Auditoria**

13. Conferência da adequação das atividades e procedimentos da jurisdição à legislação que rege a matéria com suporte nas normas insculpidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Federais, Leis Distritais, nos regulamentos internos da PCDF, sem olvidar o teor de Decisões, Resoluções e Enunciados de Jurisprudência do TCDF.

## **2 RESULTADO DA AUDITORIA**

14. Alinhadas às questões de auditoria (QA's) foram apresentadas à jurisdição as Notas de Auditoria nºs 1 a 5 (fls. 16/31), as quais objetivaram trazer respostas às citadas questões, constantes da Matriz de Planejamento (fls. 10/12), materializadas na Matriz de Achados (fls. 13/15).

15. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu, de início, na análise da regularidade dos aspectos financeiros constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, avaliando se os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão. Feito isso, passou-se à verificação e cotejo dos pagamentos atuais da amostra. Ultrapassada essa fase, a fiscalização deteve-se em averiguar o devido cumprimento pelo órgão das determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas *"legais com recomendação posterior"*, assim como das ilegais.

16. Nas observações e levantamentos junto aos gestores responsáveis pelos setores envolvidos, objetivou-se identificar as razões para os procedimentos adotados pela jurisdição e verificar a aderência das ações face às decisões e entendimentos firmados por esta Corte de Contas.



17. Anote-se que na documentação processada no transcurso da fiscalização constam as anotações e as observações pertinentes às situações analisadas, além dos papéis selecionados e colhidos como prova, os quais compõem a Pasta Corrente de Auditoria.

## **2.1 Resposta às Questões de Auditoria 1 e 2**

A PCDF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas "*legais com recomendação posterior*", nos casos das concessões julgadas "*ilegais*" e nos demais casos de correção de remuneração (subsídio) ou de proventos de seus servidores?

Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

### **2.1.1 Achados de Auditoria**

**A PCDF cumpriu, na maioria, as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior, assim como nos de ilegalidade. Situações pendentes ou em desconformidade com recomendações fixadas pelo Tribunal também foram corrigidas no transcurso da auditoria, quando questionado pela equipe designada.**

**Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem às disposições legais que regem a estrutura remuneratória da Carreira de Delegado de Polícia e da Carreira de Polícia Civil, a qual é composta pelos cargos de Perito Criminal, Perito Médico Legista, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Papiloscopista Policial e Agente Penitenciário.**

#### **2.1.1.1 Análises e Evidências**

18. Na distribuição dos resultados das análises, optou-se por compor quadros reunidos por temas afins ou correlatos. Nesses termos, os processos lançados no Quadro I demonstram com fidedignidade as providências determinadas pelo Tribunal, situações em que foi possível aferir a exatidão dos registros, a regularidade dos



cálculos lançados nos abonos provisórios/títulos de pensão, bem como a compatibilidade dos pagamentos atuais disponíveis no SIAPEnet.

Quadro I – Na 001 - 20.975/2013-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF nº	Interessado	Ocorrência <sup>2</sup>
10308/2008	52002092/2007	Alberto Alves Fernandes	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1159/2011 cumprida, conforme fls. 42/44 (II.a) e fl. 41 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
29098/2007	52000976/2007	Aliete Ricardo da Silva Instituidor: Adão Fernando Vitória de Aguiar	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1110/2009 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 6/4/2009. <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK. <b>Rem. Atual:</b> Pagamento correto, observando adequada atualização do benefício pelo índice do INSS.
4188/2008	52001132/2007	Alirio Pereira Braga	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6462/2010 cumprida, conforme fls. 46/48 (II.a) e fls. 44/45 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
8057/1993	50000904/1992	Ana Lúcia Carvalho de Silva – Instituidor Raimundo Quirino Correia	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 7212/2009 cumprida, conforme docs. 169/174 e ato publicado no DODF de 15.10.2008. <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK. <b>Rem. Atual:</b> estipêndios atuais OK
19496/2008	52002471/2007	Arnaldo Peres da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 554/2011 cumprida, conforme fls. 46/48 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
1838/2004	52001848/2000	Ausônia Castilho de Freitas	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 7757/2008 cumprida, fls. 139/140. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
23132/2008	52000561/2008	Caleb de Melo Filho	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5393/2010 cumprida, conforme fls. 48/50 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Servidor optou por outra fonte de renda, conforme consta do SIAPE.
1130/1996	30122818/1978	Carlos Alberto Scheidegger	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 294/2011 cumprida, conforme fl. 86 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
35721/2007	52000786/2006	Cláudio Costa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4405/2009, cumprida conforme novo DTS acostado aos autos (Item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono da Decisão nº 4405/2009 (OK). <b>Cor. Post: Não.</b> Decisão nº 4132/2012. <b>Decisão 77/07:</b> abono da Decisão nº 4132/2012 (Revisão de proventos - OK). <b>Rem. Atual:</b> Servidor faleceu em 31/08/2008.
7715/1993	50001402/1993	Cleusa das Neves Silva Prado	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3830/2009 cumprida, conforme fls. 117/119 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
21883/2011	52000353/2011	Davi José de Sousa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5903/2011 cumprida, conforme fls. 65/67 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
12181/2008	52002070/2007	Demóstenes Arnaud Sampaio Pedrosa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5295/2010 cumprida, conforme fls. 44/46 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.

<sup>2</sup> As folhas mencionadas nos Quadros I e II dizem respeito ao processo de concessão



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Fls. 20.975/13

rubrica

32880/2010	52001300/2010	Edmê Neves Nogueira Fiuza	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3360/2011 cumprida, conforme Nota nº 119/2011-Ass/DGPC acostada às fls. 47/57 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
23584/2011	52000488/2011	Edson de Moraes Bastos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5293/2011 cumprida, conforme Nota nº 119/2011-Ass/DGPC acostada às fls. 44/54 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
5962/2011	52001102/2010	Edwilson Jorge da Silva Costa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3737/2011 cumprida, conforme Ofício nº 1.608/2011, de 25/8/2011, acostado aos autos à fl. 58 (Item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
21579/2010	52000549/2010	Elden Vicente Siqueira Gonçalves	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6471/2010 cumprida, conforme fls. 43/45 (II.a) e fl. 42 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
10324/2008	52001168/2007	Eliú dos Santos Lima	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5488/2010 cumprida, conforme fls. 40/42 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
16251/2011	52002227/2010	Fernando José de Andrade Cavalhier	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5440/2011 cumprida, conforme fls. 42/44 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
3330/2009	52001170/2008	Francisco Carlos Martins	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4823/2010 cumprida, conforme fls. 47/49 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
14710/2008	52001585/2007	Geraldo Machado Guimarães	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5492/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (II.a e II.b) e fl. 48 (II.c). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
2440/1998	52000147/1998	Gercina Rodrigues Duarte Instituidor: Victor Teixeira Duarte	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2425/2009 cumprida, conforme fls. 49/51 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK. <b>Rem. Atual:</b> Pensão Civil paga na proporção de 32/35 avos, conforme Decisões nºs 2421/2009 e 2425/2009.
5627/2009	52001391/2008	Gersioneton de Araújo Barros	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 959/2011 cumprida, conforme fls. 41/43 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
20597/2007	52001487/2005	Gerson Alves da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1682/2011 cumprida, conforme fls. 47/49 (II.a) e fl. 46 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
21827/2009	52001141/2009	Gilberto Alves Ribeiro	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5495/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (II.a) e fl. 48 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
5219/2007	52002166/2003	Gilvan de Castro Mello	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4542/2010 cumprida, conforme fls. 81/83 (II.a) e fl. 80 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
20732/2007	52001203/2005	Hertz Andrade Santos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5685/2010 cumprida, conforme fls. 85/87 (III.a) e fl. 84 (III.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
5958/1993	30006939/1992	Honorata Duarte Silva Instituidor: José Raimundo	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6778/2008 cumprida, conforme fls. 198/200 (III.1 e III.3), fl. 203 (III.2). <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Proc. 20.975/13

rubrica

		da Silva	<b>Rem. Atual:</b> Pensionista vitalícia faleceu em 3/7/2011.
42957/2007	52001966/2006	Iramar Francisco Mendonça	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4965/2010 cumprida, conforme fls. 44/46 (II.a) e fl. 43 (II.b). O item II.c foi cumprido no decorrer dos trabalhos de auditoria, conforme ato publicado no DODF de 04.07.2013. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
25755/2008	52000400/2008	James Dean do Nascimento Barbosa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3706/2010 cumprida, conforme fls. 54/56 (II.a) e fl. 53 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
20955/2010	52000258/2010	José Adão Rezende	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1351/2011 cumprida, conforme fls. 46/48 (II.a) e fl. 45 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
1761/2009	52000768/2008	Leene Gomes da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5395/2010 cumprida, conforme fls. 47/49 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
2764/1988	50002432/1984	Leolina Lemes de Almeida Instituidor: Deodato Fernandes de Almeida	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4793/2009 cumprida, conforme fl. 192 (II.1) e fl. 194 (II.2). <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK. <b>Rem. Atual:</b> Pagamentos corretos.
3987/1994	50002145/1990	Maria dos Santos Gomes Clemente Instituidor: Francisco de Assis Clemente Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2503/2009 cumprida, conforme fls. 194/195 (item III). <b>Decisão 77/07:</b> Título OK. <b>Rem. Atual:</b> pagamento de pensão OK.
37716/2007	52001918/2006	Mário Gomes da Nóbrega	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2316/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (II.a) e fl. 48 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
38576/2009	52001854/2009	Marlan Tavares de Santana	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1774/2011 cumprida, conforme fls. 48/50 (II.a) e fl. 47 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
4170/2008	52001303/2007	Mauro Zago Júnior	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 95/2011 cumprida, conforme fls. 40/43 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
299/1993	50002311/1992	Milton de Castro	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5792/2010 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 14/12/2010 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
16/1985	30001658/1986	Milton Menezes Magalhães	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4916/2009 cumprida, conforme fl. 46 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
3497/2004	52000036/2002	Missias Bebiano da Mata	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2469/2010 cumprida, conforme fl. 85 (IV.a) e fls. 86/88 (IV.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
2967/2008	52001825/2006	Osmar Rodrigues de Oliveira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4543/2010 cumprida, conforme fls. 48/50 (II.a) e fl. 47 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
4540/2011	52001916/2010	Reginaldo Borges da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3041/2011 cumprida, conforme novo DTS acostado aos autos (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Proc. 20.975/2013

rubrica

3119/2007	52000307/2005	Roberto Ferreira dos Santos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3511/2010 cumprida, conforme fls. 64/73 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
3395/2004	52001803/2001	Rosemary da Silva Lobato	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4232/2009 cumprida, conforme fl. 94 (Item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
28640/2011	52000437/2011	Sylvana Leal e Costa Bittencourt Instituidor: Ozório Eugênio Bittencourt	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6935/2011 cumprida, conforme item I da Decisão nº 870/2012. <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK. <b>Rem. Atual:</b> Pagamento correto, observando adequada atualização do benefício pelo índice do INSS.
19399/2008	52000005/2008	Tadeu Roxsander dos Santos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6445/2011 cumprida, conforme fls. 56/58 (item IV). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
7352/2009	52001547/2008	Valter Ferreira Santana	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4829/2010 cumprida, conforme fls. 48/50 (II.a) e fl. 47 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
9716/2008	52000464/2007	Vander de Castro	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4005/2010 cumprida, conforme fls. 41/43 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
3357/2009	52000955/2008	Vanderlei Marques de Almeida	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4548/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
632/1998	52002981/1997	Célio Rodrigues de Lima	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão 791/2009 cumprida, conforme fls. 58/66 (item II). Ilegalidade da Revisão. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
19453/2008	52000374/2007	Baelon Pereira Alves	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 816/2011 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 4/7/2013. <b>Decisão 77/07:</b> não se aplica – Ilegalidade da concessão. Nova aposentadoria pelo SIRAC <b>Rem. Atual:</b> proventos OK
29165/2008	52000164/2008	José Wilton Fernandes	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1497/2010 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 19/1/2011. <b>Decisão 77/07:</b> não se aplica – Ilegalidade da concessão. Retornou e permanece na ativa. <b>Rem. Atual:</b> Remuneração atual OK.
6846/93	50001278/1993	Lindolfo de Souza Filho	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1036/2009, reiterada pela Decisão nº 2537/2010 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 22.04.2009 (fls. 123/132). Ilegalidade da Revisão <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> proventos OK
36213/2007	52001933/2005	Luiz Antonio de Araújo	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2810/2011 cumprida, conforme fls. 84/86 (item IV) e fls. 100/104 (itens II e III) <b>Decisão 77/07:</b> não se aplica – Ilegalidade da concessão. Nova aposentadoria pelo SIRAC <b>Rem. Atual:</b> proventos OK
1873/2000	52001166/1999	Olga Miranda	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2129/13 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 11/6/2013. <b>Decisão 77/07:</b> não se aplica – Ilegalidade da concessão. Retornou e permanece na ativa. <b>Rem. Atual:</b> Remuneração atual OK.
1900/1981	12565/1981	Victor Teixeira Duarte	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2421/2009 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 29/5/2009. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK – Ilegalidade da revisão





			Rem. Atual: Servidor faleceu em 7/1/1998.
28632/2011	52000045/2011	Maria José da Silva <sup>3</sup> Instituidor: Ivan Baptista Dias	Cor. Post: Não. Decisão nº 5678/2011. Decisão 77/07: Título de Pensão OK. Rem. Atual: Pagamento correto, observando adequada atualização do benefício pelo índice do INSS.

19. Em relação ao Processo nº 52.000561/2008, referente à aposentadoria de **CALEB DE MELO FILHO**, verificou-se o cumprimento da Decisão nº 5393/2010. Registre-se a posse do servidor, em 03.10.2010, no cargo de Promotor de Justiça Substituto no Ministério Público do Estado de Tocantins, encontrando-se suspensos os proventos no vínculo com a PCDF, no que pode se ter por regular a situação funcional do interessado.

20. No Processo GDF nº 50000904/1992 que cuida da pensão temporária instituída por **RAIMUNDO QUIRINO CORREIA**, o Tribunal, pela Decisão nº 7212/2009, conheceu da renúncia formulada por Gilzane Quirino Rodrigues Correia, bem assim da exclusão de outros beneficiários, pelos motivos indicados na instrução. Na mesma Decisão (item II), o Tribunal recomendou trazer aos autos mencionados, informações sobre as beneficiárias temporárias, em face da Decisão nº 1327/2007 e da Portaria nº 160/07-SEPLAG. Em atendimento, a jurisdicionada juntou àqueles autos (fls. 169/172), declarações e as cópias das certidões de nascimento e de RG de Michelle Cristina Carvalho Correia e de Maria Danielle Carvalho Correia que atestam a condição de filhas maiores solteiras, não detentoras de emprego público permanente.

21. No Processo GDF nº 30006939/1992, referente à pensão de **HONORATA DUARTE SILVA**, o Tribunal proferiu a Decisão nº 6778/2008, quando conheceu do aproveitamento do instituidor no cargo de Agente de Polícia, considerou legal a integralização da pensão e recomendou providências saneadoras na forma disposta no item III do *decisum*. De se observar que as medidas foram devidamente atendidas, à exceção do item III.5, pelo que justificou, em 05.12.2008, a PCDF: *“por independe de nossa vontade, por não haver logrado êxito na localização de Maria da Conceição Silva e, por não acarretar prejuízo a nenhuma das partes, a situação que se apresenta neste processo fica no aguardo de manifestação das partes interessadas.”* No exame dos autos foram obtidas cópias de documentos que comprovam o falecimento de Honorata Duarte Silva em 03.07.2011 e o respectivo apostilamento de exclusão do benefício. Ademais, em consulta ao SIAPE (fls. 53), verificou-se que Maria da Conceição Silva não mais integra o rol de beneficiários da pensão instituída por José Raimundo da Silva, atribuindo-se, portanto, a perda de objeto da determinação mencionada.

22. Quanto ao Processo GDF nº 50002432/1984, referente à pensão de

<sup>3</sup> Processo não consta da Nota de Auditoria nº 001 – 20.975/2013-TCDF. Solicitado em auditoria em virtude do falecimento do instituidor Ivan Baptista Dias, o qual consta elencado na citada Nota.



interesse de **LEOLINA LEMES DE ALMEIDA** e outros, registre-se a Decisão nº 4793/2009 no sentido de considerar legal a integralização da pensão, com a adoção de providências, objeto de verificação em auditoria futura. Na efetivação das medidas a cargo da jurisdicionada, procedeu-se ao apostilamento de exclusão, a partir de 01.01.2008, da beneficiária de pensão temporária NILZA FERNANDES DE ALMEIDA, por conviver em união estável (item II.1). Ainda em observância à Portaria nº 160, de 30.08.2007-SEPLAG e Decisão nº 1327/2007, foi solicitada das demais beneficiárias a apresentação dos documentos asseguradores do direito à continuidade da pensão (item II.3). No cumprimento do item II.2, a jurisdicionada elaborou Título de Pensão, incluindo a beneficiária vitalícia Sra. Leolina Lemes de Almeida (fls. 66).

23. Em relação ao Processo GDF nº 52.002.981/1997, de interesse de **CÉLIO RODRIGUES DE LIMA**, o TCDF, pela Decisão nº 791/2009, considerou ilegal a revisão de proventos do referido servidor, por falta de requisito temporal, com determinação (item II) para que a jurisdicionada adotasse providências em relação aos pagamentos feitos a mais ao servidor, haja vista a alteração da modalidade de aposentadoria proporcional para integral (especial) com o acréscimo de tempo ponderado. Deu-se o cumprimento com a edição de ato publicado no DODF de 22.04.2009, a elaboração de novo DTS e Abono Provisório (fls. 74/76 e 78), bem assim as justificativas apresentadas à fl. 79.

24. Em relação ao Processo GDF nº 52.000.164/2008, relativo à aposentadoria de **JOSÉ WILTON FERNANDES**, o item I da Decisão nº 1497/2010 considerou ilegal, com recusa de registro, o ato de aposentadoria do citado servidor. Verificou-se que a jurisdicionada cumpriu o determinado pela Corte de Contas ao publicar no DODF de 19/1/2011, nova Portaria, desta vez, tornando sem efeito o ato inicial (fl. 86). De acordo com os registros funcionais, o servidor já retornou à atividade, encontrando-se lotado na Secretaria de Segurança Pública.

25. No Processo GDF nº 50.001278/93, de interesse de **LINDOLFO DE SOUZA FILHO**, o Tribunal, pela Decisão nº 1036/2009, considerou ilegal a revisão de proventos do servidor. Irresignado, o interessado interpôs recurso, do qual não conheceu o Tribunal (Decisão nº 2537/2010). Dessarte, a jurisdicionada adotou as medidas cabíveis, tornando sem efeito o ato de revisão, publicado no DODF de 22.04.2009. Os proventos atuais do servidor, calculados na proporção de 31/35 avos, estão em conformidade com os cálculos efetuados no abono provisório constante dos autos (fls. 90/123).

26. Quanto ao Processo GDF nº 52.001933/2005, relativo à aposentadoria de **LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO**, observa-se que a Decisão nº 2810/2011 se encontra cumprida. Dada a insuficiência do tempo estritamente policial, o Tribunal considerou ilegal, para fins de registro, o ato de concessão, determinando à jurisdicionada a adoção de medidas voltadas ao exato cumprimento da lei. Pelo ato publicado no





DODF de 26.03.2012, a aposentadoria foi tornada sem efeito, não sem antes a jurisdicionada notificar o servidor (20.03.2012), que optou pelo imediato retorno à atividade. Entretanto, com a averbação de novos tempos de contribuição, logrou o interessado alcançar os requisitos exigidos pelo artigo 3º da EC nº 47/2005. Desse modo, conforme ato publicado em 30.03.2012, ao servidor foi concedida nova aposentadoria, cujo ato eletrônico encontra-se lançado no módulo de concessões do SIRAC, para análise pelo Tribunal (fls. 124/156).

27. No concernente ao Processo GDF nº 52.001166/1999, relativo à aposentadoria da servidora **OLGA MIRANDA**, verifica-se que os termos da Decisão nº 2129/2013 foram cumpridos. Notificada via e-mail sobre o teor do *decisum*, a interessada retornou à atividade em junho/2013 após a publicação no DODF de 11.06.2013 (fls. 162) do ato que tornou sem efeito a aposentadoria de 24. 07.2006, encontrando-se, portanto, regularizada a situação funcional, conforme se depreende do demonstrativo de pagamento extraído junto ao SIAPE (fls. 157/173).

28. No Processo GDF nº 12565/1981, relativo à aposentadoria de **VICTOR TEIXEIRA DUARTE**, o Tribunal, mediante a Decisão nº 2421/2009 considerou ilegal a revisão dos proventos do interessado, determinando à jurisdicionada a adoção de providências, em especial, à pensão instituída pelo ex-servidor a Gercina Rodrigues Duarte. Com efeito, na interpretação que fizera da Decisão nº 2581/2005, sobre a ponderação de tempo laborado em período anterior à Lei nº 51/85, o órgão havia efetuado novo levantamento do tempo de serviço do servidor, inclusive, estendendo o acréscimo para fim estritamente policial, propiciando a revisão de proventos do interessado de modalidade proporcional para integral. Com a negativa de registro pelo Tribunal, a jurisdicionada informou ter notificado a pensionista sobre o equívoco, adotando as demais providências, tais como: a elaboração de novo mapa de tempo de serviço, anulação do ato revisional e confecção de novo título de pensão, com estipêndios proporcionais (fls. 176/178), providências que dão cumprimento à Decisão nº 2421/2009. Na conferência do *quantum* pensional, relativo ao mês de junho/2013, constatou-se a correção do benefício, ora calculado na proporção de 32/35 avos (fls. 180).

29. Em resposta à Nota de Auditoria nº 1/2013, a Diretora da DIAP/PCDF elaborou a Informação nº 329/2013-DGP, de 09.07.2013 (fls. 181/182), apresentando justificativas pela não disponibilização de alguns processos (v. §32), e ainda, contemplou anotações sobre o Processo GDF nº 50.001402/1993 e o Processo GDF nº 52.000374/2007, de interesse de CLEUSA DAS NEVES SILVA PRADO e de BAELO PEREIRA ALVES, respectivamente, aos quais a equipe teve acesso enquanto ambos tramitavam internamente. Esses novos atos serão examinados no SIRAC.

30. Com efeito, no Processo GDF nº 52000374/2007, que trata da



aposentadoria de **BAELON PEREIRA ALVES**, constatou-se o cumprimento das medidas ordenadas pela Decisão nº 816/2011 (termos reiterados pela Decisão nº 4769/2012), por meio da qual o Tribunal considerou ilegal a aposentadoria do servidor. Informações consignadas nos autos de aposentadoria certificam que o ato inicial foi tornado sem efeito e uma segunda concessão publicada, ambos no DODF de 04.07.2013 (fls. 183/185).

31. Em relação ao Processo GDF nº 50.001.402/1993 de interesse de **CLEUSA DAS NEVES SILVA PRADO**, ressalte-se que esta solicitou revisão de aposentadoria por ter sido acometida de doença especificada em lei, conforme avaliação da junta médica oficial presente às fls. 159/168 do citado processo. Dessa forma, foi publicado no DODF de 22.04.2013 ato de revisão com fundamento no artigo 190 da Lei nº 8.112/90, com efeitos a partir de 28/12/2012 (fl. 186).

32. Quanto aos processos não disponibilizados, os quais serão objeto de verificação em futura fiscalização, se encontram arrolados no Quadro II, a seguir apresentado:

Quadro II – Na 001 - 20.975/2013-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF nº	Interessado	Ocorrência <sup>4</sup>
23690/2011	52001894/2010	Ana Karla dos Santos Brito Instituidor: Jackson Ferreira Brito	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
5920/2011	52001355/2010	Rita Maria Alves dos Santos Instituidor: Josafá Alves dos Santos	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
8395/2006	52000619/2004	Vera Lúcia Balbina Hackbarth Azambuja Instituidor: Ayrton Hackbarth Azambuja	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
5871/2007	52000406/2004	Achilles Benedito de Oliveira	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
18827/2007	52000174/2005	Durval Barbosa Rodrigues	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
4646/2007	52002125/2003	José Carlos dos Reis	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
41349/2007	52000974/2006	Lúcia de Fátima Gomes de Lacerda	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno
3365/2009	52001260/2008	Paulo Sérgio Santos de Souza	Não disponibilizado: em tramitação no Controle Interno

33. No transcurso da auditoria foi analisado quantitativo de processos apreciados, com determinação posterior, cujas impropriedades: i) foram corrigidas em parte (algumas no curso da auditoria); ii) não foram corrigidas; iii) aguardam posicionamento do Tribunal sobre temas específicos ou o deslinde de decisão judicial;

<sup>4</sup> As folhas mencionadas nos Quadros I e II dizem respeito ao processo de concessão.



iv) apresentam impropriedades que independem de resolução pela jurisdicionada. Nesse cenário, encontram-se sintetizadas no Quadro III as particularidades neles presentes, que, mais adiante, ensejarão propostas ou recomendações ou sugestões para o definitivo saneamento:

Quadro III – NA 001 - 20.975/2013-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF	Interessado	Ocorrência <sup>5</sup>
24708/2008	52000246/2008	Adauto Coutinho Dutra	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4821/2010 cumprida, conforme fls. 47/49 (item II) <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
3536/1992	50001663/1992	Ademar Barreira e Reis	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4329/2008 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 28/8/2008 (IV.a) e fl. 246 (IV.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
16551/2008	52000480/2007	Alexandre Ribeiro Sarmiento	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4296/2010 cumprida, conforme fls. 52/54 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
23407/2010	52000679/2010	Antônio Celso de Lima	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 655/2011 cumprida, conforme fls. 40/42 (item II) <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
11098/2011	52002101/2010	Antônio Coêlho Sampaio	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3487/2011 cumprida, conforme consta da instrução. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
24724/2008	52000267/2008	Antônio Fernando Bassotelli	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4822/2010 cumprida, conforme fls. 51/53 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
31881/2009	52001245/2008	Antônio Jorge Lunardi	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1691/2011 cumprida, conforme fls. 653/655 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
9630/2009	52001617/2008	Aurenito Carvalho Farias	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5396/2010 cumprida, conforme fls. 52/54 (Item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
12254/2008	52002375/2007	Carlos Augusto Bezerra	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5490/2008 cumprida, conforme fls. 43/45 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
10091/2011	52001770/2010	Carlos Roberto Aquino Caetano	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3233/2011 cumprida, conforme fls. 40/42(II.a) e 39(II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
28290/2008	52000769/2008	Carmen Luza Machado Farias	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3735/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (II.a) e fl. 48 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
24716/2008	52000276/2008	Custódio Bezerra da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4240/2010 cumprida, conforme fls. 48/50 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).

<sup>5</sup> As folhas mencionadas no Quadro III dizem respeito ao processo de concessão.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Proc. 20.975/2013

rubrica

16645/2009	52000197/2009	Eloy Nonato da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2432/2010 cumprida, conforme fls. 44/47 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
3179/2009	52001187/2008	Eraldo Alves Barboza	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4547/2010 cumprida, conforme fls. 48/50 (II.a) e fl. 47 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
2059/2009	52000885/2008	Eustáquio Alberi de Carvalho	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5299/2010 cumprida, conforme fls. 47/49 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
14117/2008	52001934/2007	Flávio Luiz José Faggiani	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3875/2011 cumprida, conforme fls. 45/47 (II.a) e fl. 42 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
7719/2009	52000417/2008	Gedrael Cordeiro Leite	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1274/2011 cumprida, conforme fls. 152/154 (II.a) e fl. 151 (II.b). Ação judicial TJDF 2009.01.1.031.558-2 (II.c) manejada pelo servidor. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
23304/2011	52000648/2011	Geraldo Soares da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5443/2011 cumprida, conforme Nota nº 119/2011-Ass/DGPC acostada aos autos (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
12190/2008	52001277/2007	Gilberto Damasceno Moraes	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5489/2010 cumprida parcialmente, conforme informações constantes da instrução. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
9813/2008	52000631/2007	Hélio dos Santos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5927/2010 cumprida. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
10260/2008	52001881/2007	Inácio Tereziano Moreira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5487/2010 cumprida, conforme fls. 40/42 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
637/1998	52003217/1997	Ivan Baptista Dias	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1317/11 cumprida. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Servidor faleceu em 29/12/2010, instituindo pensão vitalícia para Maria José da Silva (divergência ATS).
99/2000	52001613/1998	João Batista do Nascimento	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1110/2011 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 9/5/2011 (IV.a) e fls. 43/45 (IV.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
19372/2008	52002429/2007	João Pedro Maciel Pereira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3355/2011 cumprida, conforme fls. 47/49 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
23086/2008	52000395/2008	Jorge Carlos de Oliveira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4546/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
13129/2008	52002389/2007	José Cavalcante da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2071/2011 cumprida, conforme fls. 47/49 (II.a) e fl. 46 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
5474/2011	52001863/2010	José Ferreira de Sousa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3163/2011 cumprida, conforme Nota nº 119/2011-Ass/DGPC acostada aos autos (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Fls. 20.975/13

rubrica

811/2002	50001013/1992	Leula do Amaral Pereira Instituidor: Milton Martins Pereira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6680/2009 cumprida, conforme fls. 95/98 (III.1), fl. 93 (III.2.a) e fls. 100/102 (III.2.b). <b>Decisão 77/07:</b> Título de Pensão OK <b>Rem. Atual:</b> Pagamentos realizados conforme proporcionalidade fixada no demonstrativo de tempo de serviço.
4639/2009	52001356/2008	Luiz Fernando Martins	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2405/2011 cumprida, conforme fls. 45/47 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
23490/2010	52000561/2010	Marco Antônio Borges de Carvalho	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6042/2010 cumprida, conforme fls. 42/45 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
23474/2010	52000682/2010	Maria José Silva Ferreira da Costa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6012/2010 cumprida, mantendo-se impropriedade no DTS. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
24660/2008	52000305/2008	Maria Luciene Freitas	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5394/2010 cumprida, conforme fls. 48/50 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
10383/2008	52001855/2007	Marta Lúcia de Araújo de Alencar	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5443/2010 cumprida, conforme fls. 37/39 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
4226/2008	52001180/2007	Mozart Costa Baldez Filho	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4689/2010 cumprida, conforme fls. 46/48 (III.a) e fl. 42 (III.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
18481/2008	52001533/2007	Naise Aparecida Lopes	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5494/2010 cumprida, conforme fls. 45/47 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
7735/2009	52001599/2008	Ney Soares da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1376/2011 cumprida, conforme fls. 44/46 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
4456/2010	52002337/2009	Paulo Cezar da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5403/2010 cumprida, conforme fls. 46/48 (II.a) e fl. 45 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
5230/2008	52000487/2007	Paulo Roberto Bezerra de Oliveira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 1249/2011 cumprida, conforme fls. 47/49 (II.a) e fl. 46 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
3934/2009	52001486/2008	Raimundo Geovanio Gomes de Oliveira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4826/2010 cumprida, conforme fls. 42/44 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
22138/2011	52001915/2010	Régio Augusto de Lima	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5674/2011 cumprida, conforme fls. 47/49 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
7765/2010	52002412/2009	Ricardo Dias Caldeira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5497/2010 cumprida parcialmente, conforme instrução. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
10329/2009	52001968/2008	Sebastiana Maria dos Santos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4549/2010 cumprida, conforme fls. 49/51 (II.1) e fl. 48 (II.2). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK





			<b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
5951/1992	50002334/1992	Sebastião Eustáquio Andrade	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3281/2010 cumprida, conforme fl. 255 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Provento proporcional não corresponde ao abono provisório, conforme instrução (divergência ATS).
21800/2009	52001038/2009	Sergio Luiz Nunes de Souza	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2442/2011 cumprida, conforme fls. 43/45 (item III). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
13525/2010	52000133/2010	Sérgio Pereira da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5383/2010 cumprida, conforme fls. 40/42 (II.a) e fl. 39 (II.b). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
10890/2011	52002168/2010	Silvio Cintra	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3167/2011 cumprida, conforme Nota nº 119/2011-Ass/DGPC acostada aos autos (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
17169/2011	52002480/2010	Simão Hatakeyama	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5354/2011 cumprida, conforme instrução. <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
40237/2007	52000108/2006	Valmir Eustáquio dos Santos	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3103/2010 cumprida, conforme fls. 42/44 (item III). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
9775/2008	52000297/2007	Valter Homero Rodrigues da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 6158/2010 cumprida, conforme fls. 41/43 (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
16375/2011	52002347/2010	Wanderley Ribeiro	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 4204/2011 cumprida, conforme Nota nº 119/2011-Ass/DGPC acostada aos autos (item II). <b>Decisão 77/07:</b> abono OK <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
23927/2009	52000711/2009	Deusdedith Nunes Feitosa	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 285/2012 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 10/4/2012. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
19024/2009	52001237/2008	José Milton de Oliveira	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 284/2012 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 9/11/2012. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).
13552/2008	52001287/2007	Sérgio Luiz da Silva	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5590/2011 cumprida, conforme ato publicado no DODF de 07/12/2011. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK (divergência ATS).

34. Do Quadro III ora apresentado, considerou-se pertinente tecer considerações sobre situações específicas, impropriedades ou incorreções detectadas no transcurso da presente fiscalização.

35. No Processo GDF nº 52.000.246/2008, relativo à aposentadoria de **ADAUTO COUTINHO DUTRA**, o item II da Decisão nº 4821/2010 foi integralmente cumprido. Ao efetuar a análise da regularidade das parcelas do abono provisório, na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07, verificou-se que o percentual do Adicional por Tempo de Serviço – ATS a que o servidor faria jus corresponde a 27%, conforme consta no Demonstrativo de Tempo de Serviço acostado aos autos às fls. 47/49 do citado processo, em desacordo com o percentual de 26%,



registrado no seu comprovante de rendimentos referente ao mês de junho/2013 (fls. 187), extraído do SIAPEnet. Esta divergência no registro do percentual de ATS, embora seja meramente formal, tendo em conta que atualmente a retribuição das carreiras da PCDF é por subsídio, repete-se para vários servidores, conforme destacado no Quadro IV.

36. A auditoria feita no Processo GDF nº 50.001.663/1992, relativo à aposentadoria de **ADEMAR BARREIRA E REIS**, aponta o cumprimento da Decisão nº 4329/2008: a jurisdição tornou sem efeito o ato que retificou a aposentadoria do servidor, conforme publicação no DODF de 28/8/2008 (IV.a); confeccionou novo abono provisório, em substituição ao de fls. 62<sup>6</sup>, acostando aos autos o documento de fls. 246<sup>6</sup> (IV.b); e tornou sem efeito (IV.c) o substituído. No tocante à medida alvitrada no item **IV.d** do *decisum*, no sentido de informar ao Tribunal sobre o desfecho da decisão que viesse a ser proferida na Ação Ordinária nº 2003.01.1.096504-5, sobreleva destacar os desdobramentos da demanda ajuizada pelo servidor, inconformado com a medida de exclusão das vantagens de quintos, opção e representação mensal incorporados aos seus proventos. O pedido foi julgado improcedente, bem como determinada a extinção do processo. Em grau de apelação, o interessado logrou a reforma da sentença nos termos do Acórdão nº 228910, havendo o Distrito Federal interposto recurso especial, o qual foi conhecido e provido, nos termos do Acórdão de fls. 200 (RE 840.049-DF). Entretanto, em face dos termos da Decisão nº 4329/08 (item IV, alíneas **a**, **b** e **c**), em que o Tribunal reconheceu o direito do servidor às vantagens pleiteadas, acordaram os Desembargadores da 4ª Turma Cível do TJDF a julgar prejudicada nova apelação ajuizada pelo interessado, conforme Acórdão 365.109 (fls. 194/197 destes autos). Assim, a questão tratada na ação judicial em tela já se exauriu, prosseguindo o feito tão somente para execução de honorários. A deliberação plenária (Decisão 4329/08), portanto, foi atendida a contento.

37. Em atendimento à Decisão nº 3487/2011, proferida no Processo GDF nº 52.002.101/2010, relativo à aposentadoria de **ANTÔNIO COELHO SAMPAIO**, a jurisdição acostou a Nota nº 119/2011-Ass/DGPC (fls. 206/216) em que foram empreendidos estudos sobre a natureza das atividades exercidas pelos servidores da Carreira Policial quando detentores de cargos comissionados, no intuito de esclarecer questões suscitadas pelo Tribunal em situações congêneres. Na hipótese do servidor em referência, o Tribunal questionara o reconhecimento, como atividade estritamente policial, dos períodos em que este estivera no exercício dos cargos de Chefe da Seção de Operações e Informações/CI; Chefe da Assessoria para Assuntos Institucionais da Polícia Civil; de Diretor Administrativo do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF, bem assim do interregno em que foi remanejado para o Gabinete da PCDF. Na referida Nota nº 119/2011, a jurisdição argumentou: *“A mudança de lotação ou nomeação para cargos comissionados ou gratificados da própria instituição não pode dissociá-las das funções típicas de polícia, cujo exercício constitui risco pessoal à vida ou à saúde.”* Oportuno registrar

<sup>6</sup> Refere-se a fl. do Processo GDF nº 50.001.663/1992.



manifestação do Tribunal sobre a referida Nota quando do exame do Processo nº 19.399/2008, relativa à aposentadoria de Tadeu Roxsander dos Santos, Decisão nº 6445/2011, assim reproduzida, *verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 450/2011; II - reconhecer como de natureza estritamente policial as atividades exercidas pelo ex-servidor TADEU ROXSANDER DOS SANTOS nos cargos de Chefe de Seção de Apoio Administrativo e de Seção de Administração de Unidades (Delegacias), da Polícia Civil do Distrito Federal, bem como no cargo de Auxiliar de Segurança na Coordenadoria de Polícia Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo em conta a Nota nº 119/2011-Ass/DGPC da Polícia Civil do Distrito Federal, e a Resolução nº 223/2006, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; III - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; IV - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal, o que será objeto de verificação em futura auditoria, confeccionar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, no qual seja incluído como estritamente policial o período em que o servidor exerceu o cargo de Auxiliar de Segurança na Coordenadoria de Polícia Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - autorizar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

38. Efetuado o cotejo, ficou evidente a adequação dos procedimentos adotados pela PCDF no respeitante à Decisão nº 3487/2011, que pode ser considerada cumprida ante as justificativas apresentadas na Nota nº 119/2011-Ass/DGPC (item II.a), sem embargo de ressaltar que a alínea II.b e desdobramentos (b.1; b.2; b.2.1 e b.2.2) e a alínea II.c do *decisum*, não se aplicam à espécie tendo em vista que o ingresso do servidor deu-se em 31.10.1991, portanto, já na vigência da LC nº 51/85 e fora do alcance da Decisão nº 2.581/05. Foi detectada, porém, divergência entre o total lançado no DTS para fins de ATS (26%) e o percentual correspondente no demonstrativo de pagamento (25%), fl. 205.

39. Em relação ao Processo GDF nº 52.000.885/2008, que cuida da aposentadoria de **EUSTÁQUIO ALBERI DE CARVALHO**, verificou-se que a jurisdicionada juntou o novo Demonstrativo de Tempo de Serviço – DTS de fls. 47/49 (Processo GDF nº 52.000.885/2008), extraído do SIGRH em cumprimento à Decisão nº 5299/2010. Todavia, ao encerrar em 31/8/2006 a contagem para fins de adicional por tempo de serviço, o quantitativo apurado perfaz 8.731 dias, o que corresponde a 23% e não a 24%, como consta do referido DTS elaborado pelo órgão (fls. 220/223). Assim, a alteração do percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 24% para 23% será objeto de recomendação mais adiante.

40. Quanto ao Processo GDF nº 52.001.934/2007, relativo à aposentadoria de **FLÁVIO LUIZ JOSÉ FAGGIANI**, cabe trazer à tona informações prestadas pela jurisdicionada. Por meio do item II.a da Decisão nº 3875/2011, determinou o Tribunal: caso seja confirmada a conversão em pecúnia de licenças-prêmio já contadas para





abono de permanência, providenciar, para fins de ressarcimento ao erário, o levantamento do montante pago indevidamente a esse título. Sobre o caso, a jurisdicionada esclareceu que, a teor da LC nº 51/85, inicialmente, fora deferido ao servidor o abono de permanência, porém, em atenção à recomendação contida no Relatório de Auditoria/CGU nº 190685, item 2.2.2.1, a situação de servidor foi reanalisada, o que estaria em conformidade com a Decisão TCDF nº 2257/08. Por não atender aos requisitos da EC nº 41/03, o interessado teve o pagamento do benefício suspenso a partir de setembro/2007 (fls. 224/232).

41. No Processo GDF nº 52000417/2008, de interesse de **GEDIAEL CORDEIRO LEITE**, o Tribunal proferiu a Decisão nº 1274/2011, pela legalidade da aposentadoria do servidor, acrescida de determinações a ser verificadas em futura auditoria. Disponibilizados os autos, a equipe de auditoria verificou a correção dos procedimentos levados a termo pela jurisdicionada no cumprimento do *decisum*. No respeitante ao item **II.c** da decisão, obteve-se, após consulta ao site do TJDF, extrato do andamento da ação movida pelo interessado, objeto do Processo nº 2009.01.1.031.558-2, no qual consta o trânsito em julgado em 26.04.2011 e a baixa em definitivo dos autos, sendo certo que o servidor obteve provimento jurisdicional favorável à sua pretensão no que se refere a conversão de licença-prêmio em pecúnia (Acórdão 476.739), fls. 233/239.

42. Em relação ao Processo GDF nº 52.001.277/2007, de interesse da aposentadoria de **GILBERTO DAMASCENO MORAIS**, a jurisdicionada, em atendimento à Decisão nº 5489/2010, juntou, em substituição ao mapa de tempo de serviço de fls. 43/45<sup>7</sup>, o novo DTS, extraído do SIGRH. Entretanto, o equívoco persiste no registro da data de exercício do servidor no cargo de Delegado de Polícia, qual seja, 22.02.1996 em vez de 16.08.99 (fls. 240/251 destes autos). A falha observada, no entanto, pode ser relevada, a uma porque na ficha cadastral do servidor, elaborada pela jurisdicionada (fls. 11<sup>7</sup>) consta a correta informação de que a data de ingresso no cargo atual deu-se, de fato, em 16/8/1999; a duas porque a supracitada impropriedade não traz reflexos no ato concessório.

43. No Processo GDF nº 52.000.631/2007, relativo à aposentadoria de **HÉLIO DOS SANTOS**, a jurisdicionada acostou, em substituição ao documento de fls. 25/27<sup>8</sup>, o novo Demonstrativo de Tempo de Serviço – fls. 40/42<sup>8</sup>, extraído do SIGRH, com o encerramento do tempo válido para ATS em 31.08.06 (8.665 dias). Entretanto, o percentual do ATS encontra-se registrado em 24%, não obstante a correta conversão no percentual de 23%, conforme consignado no demonstrativo de pagamento do servidor, o que atende à Decisão nº 5927/2010 (fls. 252/256 destes autos).

<sup>7</sup> Refere-se a fl. do Processo GDF nº 52.001.277/2007.

<sup>8</sup> Refere-se a fl. do Processo GDF nº 52.000.631/2007.



44. Em relação ao Processo GDF nº 52.001.013/1992, que trata de pensão concedida à **LEULA DO AMARAL PEREIRA**, cabe trazer à tona informações prestadas pela jurisdicionada. O TCDF, por meio do item III.2.b da Decisão nº 6680/2009, determinou à jurisdicionada que apurasse as quantias indevidamente percebidas pelos pensionistas, uma vez que o *quantum* pensional fora calculado integralmente e não proporcionalmente ao tempo de serviço do instituidor. Na justificativa apresentada, a jurisdicionada esclareceu que, por ocasião da integralização do benefício por força do artigo 248 da Lei nº 8.112/90, tomou-se por base a cota parte a cargo do INSS. Ademais, o processo de aposentadoria, apensado ao de pensão dificultou, em tempo hábil, a correção da impropriedade, bem assim a análise retardada por parte dessa Corte de Contas, Decisões nºs 8308/08 e 6680/09 (fls. 257/279). Em decorrência, retornando o processo de pensão à jurisdicionada, foram adotadas as providências com vista à adequação do benefício ao quanto determinado pelo Tribunal.

45. No Processo GDF nº 52.000.682/2010, relativo à aposentadoria de **MARIA JOSÉ SILVA FERREIRA DA COSTA**, a jurisdicionada juntou, em substituição ao documento de fls. 29/31<sup>9</sup>, o novo Demonstrativo de Tempo de Serviço – fls. 45/47<sup>9</sup>, extraído do SIGRH, onde consta o encerramento do tempo válido para ATS em 25/4/2010 (9.469 dias) e o percentual do ATS apurado em 26% (fls. 282/285 destes autos). De se observar que o percentual de 25% se encontra corretamente consignado no demonstrativo de pagamento da servidora, o que atende à Decisão nº 6012/2010.

46. No Processo GDF nº 52.001.599/2008, relativo à aposentadoria de **NEY SOARES DA SILVA**, a jurisdicionada juntou, em substituição ao documento de fls. 29/31<sup>10</sup>, o novo Demonstrativo de Tempo de Serviço – fls. 44/46<sup>10</sup>, extraído do SIGRH, onde consta o encerramento do tempo válido para ATS em 31.08.06 e percentual consignado em 26% (fls. 286/290 destes autos). De se observar que o percentual de 25% se encontra corretamente registrado no demonstrativo de pagamento do servidor, o que atende à Decisão nº 1376/2011.

47. No Processo GDF nº 50.002.334/1992, relativo à aposentadoria de **SEBASTIÃO EUSTÁQUIO ANDRADE**, foi observado que os proventos atuais do servidor não correspondem à proporcionalidade fixada no abono provisório de fls. 256 do citado processo, qual seja, **10/35 avos** do subsídio pago a Agente de Polícia – Primeira Classe (R\$ 9.942,37), o que corresponde ao total de R\$ 2.840,68. Compulsando o demonstrativo de rendimentos do mês de junho/13, constante do SIAPE (fls. 291), constata-se que o valor pago a título de proventos é de R\$ 3.314,12, resultante de cálculo sobre a proporcionalidade de **10/30 avos** (fls. 291/300). Sendo assim, sugere-se determinar à Polícia Civil do DF a regularização dos pagamentos efetuados ao aposentado SEBASTIÃO EUSTÁQUIO ANDRADE, na proporcionalidade constante do abono provisório de fls. 256 (Processo GDF nº 50.002.334/1992),

<sup>9</sup> Refere-se a fl. do Processo GDF nº 52.000.682/2010.

<sup>10</sup> Refere-se a fl. do Processo GDF nº 52.001.599/2008.



observando as orientações emanadas da Decisão 6806/2007 e do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF.

48. No Processo GDF nº 52.002.480/2010, relativo à aposentadoria de **SIMÃO HATAKEYAMA**, o TCDF, por meio do item II da Decisão nº 5354/2011, determinou que a Secretaria de Estado de Saúde fosse notificada sobre os períodos já averbados pelo servidor junto à PCDF a fim de evitar a contagem em duplicidade. Em atendimento, a PCDF enviou à SES o Ofício nº 2334/2011-DRH com o relato dos fatos. Após o levantamento feito, restou confirmado o aproveitamento em ambos os vínculos dos 364 dias prestados ao Ministério do Exército – de 30.01.1978 a 28.01.1979, resultando na desaverbação do respectivo período pela PCDF, de acordo com o publicado no DODF de 09.04.2012 (fls. 316). Posteriormente, o servidor requereu à PCDF a desaverbação de período excedente (860 dias) ao estipulado pela Lei Complementar nº 51/85, objetivando a utilização no vínculo com SES. Por não trazer prejuízo à aposentadoria especial, o pleito foi atendido (fls. 318). Desse modo, considera-se cumprida a Decisão nº 5354/2011, não obstante ter sido detectada divergência entre o percentual resultante dos 7.464 dias apurados para fins de ATS (20%) e o percentual consignado no demonstrativo de pagamento (21%), fls. 301/318.

49. Em relação ao Processo GDF nº 52.000.711/2009, que trata da aposentadoria de **DEUDEDITH NUNES FEITOSA**, o Tribunal, pela Decisão nº 285/2012, considerou ilegal, com recusa de registro, o ato de aposentadoria em referência. No transcurso da fiscalização, verificou-se o cumprimento, pela jurisdicionada, das medidas ordenadas pelo Tribunal, a teor da publicação no DODF de 10/4/2012, tornando sem efeito a concessão inicial, e o consequente retorno do servidor à atividade (maio/2012). Perlustrando os autos, verificou-se a publicação, no DODF de 26/9/2012, de novo ato de aposentadoria do interessado, sendo providenciados os documentos pertinentes, entre esses, o novo DTS, cujo percentual do ATS se encontra consignado em 24%, o que diverge daquele registrado no demonstrativo de pagamento do interessado (23%). Em consulta ao Sistema Integrado de Controle de Processos – SICOP obteve-se a informação de que o processo de aposentadoria encontra-se na Secretaria de Transparência e Controle, quando se efetivou o lançamento dos dados no SIRAC, sistema no qual será examinada a nova concessão (fls. 319/322).

50. Em relação ao Processo GDF nº 52.001.237/2008, o Tribunal proferiu a Decisão nº 284/2012 para considerar ilegal, com recusa de registro, a aposentadoria de **JOSÉ MILTON DE OLIVEIRA**, por falta de requisito temporal. As alegações de defesa apresentadas pelo servidor foram consideradas improcedentes, de acordo com a Decisão nº 3382/2012, mantendo-se os exatos termos da anterior (Decisão nº 284/12). Verificou-se que a jurisdicionada cumpriu as medidas ordenadas pela Corte ao publicar no DODF de 9/11/2012, ato tornando sem efeito o que concedera aposentadoria ao servidor (fls. 327). Em 12.11.2012, o retorno do servidor à atividade foi efetivado,



conforme visto às fls. 328. Entretanto, documentos juntados ao processo nº 52.001.237/2008 e consulta feita ao site do TJDFT dão notícia de que o interessado ajuizou a Ação Anulatória nº 2012.011.156374-6, com pedido de antecipação de tutela, o qual foi indeferido. Inconformado, o servidor impetrou Agravo de Instrumento (2012.002.024.354-2), também desprovido, ante a ausência de prova inequívoca das alegações apresentadas. No caso, à jurisdicionada caberá o acompanhamento da demanda judicial que continua tramitando (fls. 356/357). Ademais, no demonstrativo de tempo de serviço restou confirmada divergência na conversão do total de tempo de serviço apurado para fins de ATS (9.475 dias, correspondentes a 25%) e o percentual consignado no mesmo mapa (26%), fls. 323/358.

51. Em relação ao Processo GDF nº 52.001.287/2007, relativo à aposentadoria de **SÉRGIO LUIZ DA SILVA**, cujo item II da Decisão nº 5590/2011 considerou ilegal, com recusa de registro, o ato de aposentadoria do citado servidor, verificou-se que a jurisdicionada cumpriu o determinado pela Corte de Contas ao publicar, no DODF de 07/12/2011, ato tornando semefeito o de aposentadoria, não sem antes notificar o interessado sobre o teor da Decisão. Ciente, o servidor optou em retornar às atividades policiais. Quanto ao percentual do ATS, há divergência entre o percentual resultante dos 7.820 dias computados para esse fim (21%) e o consignado no demonstrativo de pagamento do servidor (20%), fls. 359/364.

52. Tendo em vista o acentuado número de divergências detectadas entre o percentual do adicional por tempo de serviço – ATS consignado nos demonstrativos de pagamentos e o total do tempo de serviço apurado para esse fim, constante dos mapas demonstrativos dos respectivos servidores, considerou-se pertinente especificar as ocorrências no seguinte quadro-resumo (Quadro IV):

Quadro IV				
Processo TCDF	Processo GDF	Interessado	% DTS	% SIAPE
20708/2008	52000246/2008	Adauto Coutinho Dutra	27	26
16551/2008	52000480/2007	Alexandre Ribeiro Sarmento	21	19
23407/2010	52000679/2010	Antônio Celso de Lima	21	20
11098/2011	52002101/2010	Antônio Coêlho Sampaio	26	25
24724/2008	52000267/2008	Antônio Fernando Bassotelli	28	27
31881/2009	52001245/2008	Antônio Jorge Lunardi	24	23
9630/2009	52001617/2008	Aurenito Carvalho Farias	26	25
12254/2008	52002375/2007	Carlos Augusto Bezerra	25	19
10091/2011	52001770/2010	Carlos Roberto Aquino Caetano	25	23
28290/2008	52000769/2008	Carmen Luza Machado Farias	26	25
24716/2008	52000276/2008	Custódio Bezerra da Silva	24	23
16645/2009	52000197/2009	Eloy Nonato da Silva	41	40



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
FOL. 20.97.013

rubrica

3179/2009	52001187/2008	Eraldo Alves Barboza	24	23
2059/2009	52000885/2008	Eustáquio Alberi de Carvalho	<b>24<sup>11</sup></b>	<b>24</b>
14117/2008	52001934/2007	Flávio Luiz José Faggiani	28	26
7719/2009	52000417/2008	Gedial Cordeiro Leite	25	24
23304/2011	52000648/2011	Geraldo Soares da Silva	23	22
9813/2008	52000631/2007	Hélio dos Santos	23	24
10260/2008	52001881/2007	Inácio Tereziano Moreira	24	22
637/1998	52003217/1997	Ivan Baptista Dias	40	35
99/2000	52001613/1998	João Batista do Nascimento	32	31
19372/2008	52002429/2007	João Pedro Maciel Pereira	24	23
23086/2008	52000395/2008	Jorge Carlos de Oliveira	24	23
13129/2008	52002389/2007	José Cavalcante da Silva	23	22
5474/2011	52001863/2010	José Ferreira de Sousa	24	23
4639/2009	52001356/2008	Luiz Fernando Martins	26	25
23490/2010	52000561/2010	Marco Antônio Borges de Carvalho	19	18
23474/2010	52000682/2010	Maria José Silva Ferreira da Costa	26	25
24660/2008	52000305/2008	Maria Luciene Freitas	26	25
10383/2008	52001855/2007	Marta Lúcia de Araújo de Alencar	22	21
4226/2008	52001180/2007	Mozart Costa Baldez Filho	<b>25</b>	<b>26</b>
18481/2008	52001533/2007	Naise Aparecida Lopes	28	27
4456/2010	52002337/2009	Paulo Cezar da Silva	20	19
5230/2008	52000487/2007	Paulo Roberto Bezerra de Oliveira	23	22
3934/2009	52001486/2008	Raimundo Geovanio Gomes de Oliveira	23	22
7765/2010	52002412/2009	Ricardo Dias Caldeira	<b>24<sup>12</sup></b>	<b>25</b>
22138/2011	52001915/2010	Régio Augusto de Lima	24	23
10329/2009	52001968/2008	Sebastiana Maria dos Santos	22	21
5951/1992	50002334/1992	Sebastião Eustáquio Andrade	<b>8</b>	<b>9</b>
21800/2009	52001038/2009	Sergio Luiz Nunes de Souza	22	21
13525/2010	52000133/2010	Sérgio Pereira da Silva	24	23
10890/2011	52002168/2010	Silvio Cintra	25	24
17169/2011	52002480/2010	Simão Hatakeyama	<b>20</b>	<b>21</b>
40237/2007	52000108/2006	Valmir Eustáquio dos Santos	24	23
9775/2008	52000297/2007	Valter Homero Rodrigues da Silva	27	26
16375/2011	52002347/2010	Wanderley Ribeiro	22	21
23927/2009	52000711/2009	Deusdedith Nunes Feitosa	24	23
19024/2009	52001237/2008	José Milton de Oliveira	26	25

<sup>11</sup> Demonstrativo de Tempo de Serviço do servidor apresenta 24% de ATS, quando o correto é 23%. Ademais, encontram-se negritadas as situações em que o DTS apresenta percentual inferior ao constante do SIAPE.

<sup>12</sup> Demonstrativo de Tempo de Serviço do servidor apresenta 24% de ATS, quando o correto é 22%, conforme Decisão nº 5497/2010.





13552/2008	52001287/2007	Sérgio Luiz da Silva	21	20
------------	---------------	----------------------	----	----

### 2.1.1.2 Causas e Efeitos

53. A despeito das impropriedades ou divergências na conversão do tempo de serviço em percentual representativo do ATS, importa ressaltar que o fato não traz reflexos financeiros aos servidores da PCDF, eis que são remunerados por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação e adicional, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 11.361/2006.

54. Nada obstante, buscou-se esclarecimentos junto à Diretora da Divisão de Aposentadorias e Pensões-DIAP/DGP acerca da acentuada divergência na apuração do referido adicional constante dos demonstrativos de pagamento dos servidores da PCDF, cujos percentuais foram absorvidos desde a edição do diploma legal antes referenciado. Obteve-se, em resposta, informação de que as impropriedades ocorreram quando da migração dos dados dos servidores do SIGRH para o SIAPE. Quanto ao ajuste nas situações identificadas, o órgão destacou a necessidade de diligenciar junto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, gestor do SIAPE.

55. No respeitante às falhas de conversão do tempo de serviço apurado para fins de ATS observadas na maioria dos DTS, aduz o órgão que a incidência resulta de falha no SIGRH.

56. Na condição de gestora do SIGRH e responsável pela formulação, definição e coordenação das políticas e diretrizes relacionadas aos servidores e empregados dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, a SEAP direciona as demais Secretarias na consolidação e uniformização dos conhecimentos dela emanados.

57. Em condições tais, caberia à jurisdicionada envidar gestões junto ao órgão gestor do SIAPE, no caso, o MPOG, no sentido de consignar no campo próprio do demonstrativo de pagamento o correto percentual de ATS dos servidores da PCDF, eis que se manteve o registro, em que pese o pagamento em forma de subsídio. Quanto às impropriedades constatadas na conversão dos tempos apurados para fins de adicionais de tempo de serviço, constantes dos demonstrativos extraídos junto ao SIGRH, o órgão deverá envidar esforços junto à SEAP, objetivando a atualização dos cadastros funcionais dos servidores da PCDF, em especial a correção dos percentuais de ATS dos casos listados no Quadro IV antes apresentado.

### 2.1.1.3 Proposições

58. Sugere-se ao e. Tribunal:



- I. ter por cumpridas as decisões com recomendação posterior constantes dos Quadros I e III;
- II. autorizar a DIFIPE a verificar em futura fiscalização na PCDF o cumprimento das decisões plenárias constantes no Quadro II;
- III. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências necessárias à regularização dos pagamentos efetuados ao aposentado SEBASTIÃO EUSTÁQUIO ANDRADE, na proporcionalidade constante do abono provisório de fls. 256 (Processo GDF nº 50.002.334/1992), observando as orientações emanadas da Decisão 6806/2007 e do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF;
- IV. recomendar à jurisdicionada que envie gestões junto ao gestor do SIAPE (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no sentido de corrigir as divergências detectadas entre o percentual do adicional por tempo de serviço – ATS consignado nos demonstrativos de pagamentos e aquele apurado para esse fim, constantes dos mapas demonstrativos dos respectivos servidores, bem assim junto ao gestor do SIGRH (SEAP) objetivando a atualização dos cadastros funcionais dos servidores da PCDF, em especial a correção dos percentuais de ATS dos casos listados no Quadro IV do Relatório de Auditoria.

## **2.2 Resposta à Questão de Auditoria 3**

**Os critérios de que se serve a PCDF para controlar as acumulações de cargos dos servidores daquela Pasta são adequados e suficientes para evitar situações em desconformidade com a legislação em vigor?**

### **2.2.1 Achados de Auditoria**

**Há necessidade de a jurisdicionada aprimorar os controles internos, para que possa fazer a checagem da acumulação mesmo que haja omissão por parte dos servidores.**

**Há pagamentos em duplicidade da parcela auxílio-alimentação o que contraria a legislação de regência.**

**Há situações de continuidade de pagamento de benefício a pensionista (filha maior e solteira) que não mais reúne os**



**requisitos exigidos pela legislação e pela Decisão 1327/07-TCDF.**

**2.2.1.1 Análises e Evidências**

**2.2.1.1.1 Da acumulação de cargos e compatibilidade horária**

59. A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XVI, relaciona as situações permitidas de acumulação remunerada de cargos públicos, exigindo, todavia, a compatibilidade de horários.

60. Objetivando verificar acumulação de cargos, aposentadorias e pensões pelos servidores lotados na Polícia Civil do Distrito Federal, foi desenvolvido pela SEFIPE, programa em “java”, que efetua o cruzamento das informações extraídas do SigrhWeb e SIAPE, com os dados constantes do Portal da Transparência do DF, da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Bases: 2007, 2008 e 2009), disponibilizado na intranet, campo “sistemas” deste Tribunal, da RAIS 2011, bem assim do TCU e Portal da Transparência Federal.

61. Do resultado do cruzamento acima, foi identificada amostra de servidores da PCDF que possuíam/possuem vínculos com outros órgãos e entidades. Dessa forma, submeteu-se à jurisdição a **Nota de Auditoria nº 003**, fls. 21/23, para a verificação da regularidade das situações contempladas na lista seguinte, quanto à incidência de acumulação de cargos públicos e compatibilidade horária.

1	Nome: ANA MARIA CABRAL RIBEIRO			CPF: 538.553.531-15
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	AGENTE DE POLICIA	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	00587052	19/05/2000
	MÉDICA. DA FAMILIA E COMUNIDADE	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	01741675	12/01/2009

2	Nome: EDILENE DE OLIVEIRA DORNELAS			CPF: 619.959.831-87
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	AGENTE DE POLICIA	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	02185881	11/11/2011
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	01341014	20/04/1994

3	Nome: ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA			CPF: 297.228.701-06
---	---------------------------------------	--	--	---------------------





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Proc. 20.975/13

rubrica

Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	00378879	03/03/1993
CHEFE DA SECAO DE ANTROPOLOGIA FORENSE/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)) - Comissionado	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL		
MEDICO - CIRURGIA GERAL	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	0129217X	01/11/1989

4	Nome: EULER COSTA VIDIGAL		CPF: 000.230.271-34
Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão/Aposentadoria
PERITO MEDICO-LEGISTA	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	0020854X	21/05/1970 - 01/12/1986
MEDICO - ORT. E TRAUMATOLOGIA	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	01008293	05/05/1966 - 15/07/1993
MEDICO	MINISTERIO DA SAUDE	0527639	16/01/1968 - 28/07/1995

5	Nome: JOSE HENRIQUE DA SILVA		CPF: 067.778.991-20
Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão/Aposentadoria
AGENTE DE POLICIA	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	00191302	01/05/1964 - 29/08/1977
MOTORISTA	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	01187252	10/02/1982 - 16/06/2009

6	Nome: NELSON MASSINI		CPF: 599.936.188-53
Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão / Aposentadoria
PERITO MEDICO-LEGISTA (INATIVO)	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	00394696	04/10/1993 - 19/04/1996
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR (ATIVO)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	0363512	16/11/1988
PROFESSOR (ATIVO)	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	-	03/01/2000
Cargo em comissão: Indefinido / PIS/PASEP: 10077382746	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DF LTDA (SOC QT LTDA)	-	01/06/1993 (Fonte: RAIS 2011)
Cargo em comissão: [Indefinido / PIS/PASEP: 10077382746	SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO	-	01/06/2003 (Fonte: RAIS 2011)



7	Nome: RODRIGO NASCIMENTO DE AVELLAR FONSECA			CPF: 397.827.191-53
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (Cedido desde 12/06/1999 para o MIN. PUBLICO DO DF E TERRIT.)	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	00394815	05/10/1993
	MEDICO - CIRURGIA GERAL (Cedido desde 23/06/1999 para o MIN. PUBLICO DO DF E TERRIT.)	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	0135342X	02/12/1994
	REQUISITADO (CC-04)	MIN. PUBLICO DO DF E TERRITÓRIOS	2016	12/06/1999 (PCDF) e 23/06/1999 (SES)

62. Em resposta à Nota de Auditoria nº 3/2013, a Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF elaborou o Ofício nº 2059/2013-DGP, de 07.08.2013, ressaltando que não constam nos assentamentos funcionais dos servidores elencados na referida Nota registro de conclusão de apuração referente ao acúmulo de cargos públicos. Ademais, pelo Memorando nº 704/2013-DGP, de 22.07.2013, informa que a listagem desses servidores foi encaminhada à Comissão Permanente de Acumulação de Cargos da PCDF para a adoção das providências pertinentes (fls. 460/461).

63. Ainda utilizando o método de cruzamento de dados em referência, outras aparentes acumulações foram identificadas, em especial, as de cargos de médicos na Secretaria de Saúde, no Poder Judiciário e no Executivo Federal, entre outros. Desta feita, o foco da **Nota de Auditoria nº 004**, fls. 24/29, direcionada à jurisdição para averiguação da regularidade das situações contempladas na lista abaixo, centrou-se, além da incidência de **acumulação de cargos públicos** e observância da **compatibilidade horária**, na percepção, em duplicidade, do **auxílio-alimentação**:

1	Nome: ANDRE LUIZ DE FARIA LEITE			CPF: 385.340.701-30
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01777092	01/04/2009
	ANALISTA JUDICIARIO – MEDICINA/CLINICA GERAL – EDITAL 9/2003	TRIBUNAL DE JUSTICA DO D.F. E TERRITORIO (POD JUD FED)	-	20/11/2003
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

2	Nome: ANTONIO GOMES FRANQUEIRO			CPF: 986.579.176-53
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01777211	01/04/2009



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Fls. 20.975/13

rubrica

TECNICO JUDICIARIO (ANEXO II - LEI Nº 17.663/2012)/PERITO MEDICO	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS (POD JUD EST)	-	12/11/2007
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.			

3	Nome: ANTONIO JOSE MELO RODRIGUES			CPF: 243.997.441-20
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
AGENTE PENITENCIARIO (PEN). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	02208598	28/08/2012
[Indefinido / PIS/PASEP: 10813098871]. Fonte: RAIS 2011		CIA SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF (SOC MISTA)	-	25/11/1996
<b>Questionamentos:</b> Comprovar o desligamento da CAESB, anteriormente à sua admissão na PCDF, se for o caso.				

4	Nome: ERIVALDO ALVES PINTO			CPF: 314.710.991-72
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
AGENTE DE POLICIA (AGP). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00358266	08/05/1992
[Indefinido / PIS/PASEP: 12036324047]. Fonte: RAIS 2011		CAMARA LEGISLATIVA DO DF (POD LEG EST)	-	02/04/2007
<b>Questionamentos:</b> Justificar o enquadramento da acumulação dos cargos nas exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da CRFB, ou, se for o caso, comprovar, por meio de documentação pertinente, a cessão/requisição da Câmara Legislativa do DF.				

5	Nome: GILBERTO PEREIRA ALVES			CPF: 726.248.921-68
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01777084	01/04/2009
ANALISTA JUDICIARIO – MEDICINA – EDITAL 8/2008		SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (POD JUD FED)	-	04/06/2009
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

6	Nome: JOAO CARLOS PINHEIRO JUNIOR			CPF: 887.774.051-53
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
AGENTE DE POLICIA (AGP). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	02209608	20/09/2012
[Indefinido / PIS/PASEP:		POLICIA MILITAR (POD EXEC	-	30/07/2001



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Fls. 20.975/13

rubrica

12582906311]. Fonte: RAIS 2011	ES)		
<b>Questionamentos:</b> Comprovar o desligamento da Polícia Militar, anteriormente à sua admissão na PCDF, se for o caso.			

7	Nome: LUCIANO FERREIRA MORGADO			CPF: 801.294.981-49
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01777076	01/04/2009
	[Indefinido / PIS/PASEP: 19014131065]. Fonte: RAIS 2011	CAMARA LEGISLATIVA DO DF (POD LEG EST)	-	05/08/2009
<b>Questionamentos:</b> Justificar o enquadramento da acumulação dos cargos nas exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da CRFB, ou, se for o caso, comprovar, por meio de documentação pertinente, a cessão/requisição da Câmara Legislativa do DF.				

8	Nome: MARCUS VINICIUS MARQUES			CPF: 606.557.041-91
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	AGENTE DE POLICIA (AGP).Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00582654	03/08/1999
	[Indefinido / PIS/PASEP: 12316035819]. Fonte: RAIS 2011	CAMARA LEGISLATIVA DO DF (POD LEG EST)	-	03/03/2008
<b>Questionamentos:</b> Justificar o enquadramento da acumulação dos cargos nas exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da CRFB, ou, se for o caso, comprovar, por meio de documentação pertinente, a cessão/requisição da Câmara Legislativa do DF.				

9	Nome: MARINA RAMTHUM DO AMARAL			CPF: 722.797.291-72
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01825453	01/10/2009
	ANALISTA JUDICIARIO – MEDICINA/ PEDIATRIA – EDITAL 12/2008	TRIBUNAL DE JUSTICA DO D.F. E TERRITORIO (POD JUD FED)	-	02/04/2009
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pela servidora, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

10	Nome: RICARDO LEITE SANTOS MEDEIROS			CPF: 708.460.901-63
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO CRIMINAL (PER).Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	02219468	21/01/2013
	[Indefinido / PIS/PASEP: 12791930274]. Fonte: RAIS 2011	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA (EMP PUB)	-	14/12/2009



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Fls. 20.975/13

rubrica

**Questionamentos:** Comprovar o desligamento da INFRAERO, anteriormente à sua admissão na PCDF, se for o caso.

11	Nome: ROBERTSON DE MACEDO GONCALVES			CPF: 373.113.791-72
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	AGENTE DE POLICIA (AGP). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	0057452X	01/02/1999
	[Indefinido / PIS/PASEP: 11231503798]. Fonte: RAIS 2009	CAMARA LEGISLATIVA DO DF (POD LEG EST)	-	21/01/2003
<b>Questionamentos:</b> Justificar o enquadramento da acumulação dos cargos nas exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da CRFB, ou, se for o caso, comprovar, por meio de documentação pertinente, a cessão/requisição da Câmara Legislativa do DF.				

12	Nome: ROSEMEIRE DE ARAUJO PAREJAS			CPF: 268.734.001-49
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	ESCRIVAO DE POLICIA (ESC). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00395277	05/10/1993
	[Indefinido / PIS/PASEP: 12088915356]. Fonte: RAIS 2011	CAMARA LEGISLATIVA DO DF (POD LEG EST)	-	22/06/2007
<b>Questionamentos:</b> Justificar o enquadramento da acumulação dos cargos nas exceções previstas no artigo 37, inciso XVI, da CRFB, ou, se for o caso, comprovar, por meio de documentação pertinente, a cessão/requisição da Câmara Legislativa do DF.				

13	Nome: ALEXANDRE LACERDA DE BRITO			CPF: 156.881.758-42
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01807684	08/07/2009
	MEDICO (483001). Fonte: SIAPE	MINISTERIO DA DEFESA (40105)	1709375	14/07/2009
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

14	Nome: CRISTIANO GONCALVES FLEURY CURADO			CPF: 774.299.071-72
	Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
	PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). Fonte: SIGRH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01801031	22/06/2009
	MEDICO - CIRURGIA PLASTICA (701020). Fonte: SIGRH	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	16586751	07/06/2013
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB. Justificar, em bases legais, a percepção cumulativa da parcela "Auxílio-Alimentação" nos dois vínculos.				



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Proc. 20.975/13

rubrica

15	<b>Nome:</b> EDMILSON MENDES COUTINHO			<b>CPF:</b> 334.582.431-00
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / CHEFE DA SECAO DE PERICIAS MEDICAS/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00397431	19/10/1993
MEDICO - PEDIATRIA (701040). <b>Fonte:</b> SIGRH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	01289098	04/07/1989
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB. Justificar, em bases legais, a percepção cumulativa da parcela "Auxílio-Alimentação" nos dois vínculos.				

16	<b>Nome:</b> ERUDITH MENDES ROCHA CURADO			<b>CPF:</b> 833.757.591-34
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01822187	14/09/2009
MEDICO - ANATOMIA PATOLOGICA (701012). <b>Fonte:</b> SIGRH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	01640151	27/06/2007
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pela servidora, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB. Justificar, em bases legais, a percepção cumulativa da parcela "Auxílio-Alimentação" nos dois vínculos.				

17	<b>Nome:</b> FRANCISCO WELLINGTON M R CHAGAS			<b>CPF:</b> 245.852.113-49
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
AGENTE PENITENCIARIO (PEN). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00584339	18/08/1999
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária do cargo exercido pelo servidor, com outros possíveis vínculos existentes, os quais foram constatados na RAIS 2011: POLIEDRO INF.CONULTORIA E SERVICOS LTDA (SOC QT LTDA) (PIS/PASEP: 12280613885), desde 03/04/2007, com jornada de 15 horas semanais e AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA (SOC QT LTDA), desde 22/04/2004, com jornada de 18 horas semanais.				

18	<b>Nome:</b> JOSE RIBAMAR SOUSA MACHADO FILHO			<b>CPF:</b> 175.316.833-34
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / DIRETOR/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00394750	04/10/1993
MEDICO (489037). <b>Fonte:</b> SIAPE		MINISTERIO DA FAZENDA (17000)	0094156	07/02/1985
<b>Questionamentos:</b> Verificar, após o término da Licença para tratar de Interesses Particulares no cargo de Médico no Ministério da Fazenda, se há cumprimento do requisito constitucional da compatibilidade horária.				



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Fls. 20.975/13

rubrica

19	Nome: LUCIANA SATIE NARITA DO AMARAL GURGEL			CPF: 169.710.378-20
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / CHEFE DA SECAO DE NECROPSIA/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00590525	05/02/2002
MEDICO - GINECO.E OBSTETRICI (701027). Fonte:SIGRH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	01860763	08/03/2010
<b>Questionamentos:</b> Verificar, após a cessação do afastamento do cargo de Médico na Secretaria de Estado de Saúde, se há cumprimento do requisito constitucional da compatibilidade horária.				

20	Nome: MALTHUS FONSECA GALVAO			CPF: 399.622.701-97
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / CHEFE DO NUCLEO DE PESQUISA/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00588512	30/01/2002
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR (705001). Fonte: SIAPE		FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA (26271)	3373847	01/02/2010
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

21	Nome: MARA JANE CANDIDO DE OLIVEIRA			CPF: 239.412.861-53
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
AGENTE DE POLICIA (AGP) / CHEFE DA SECAO DE AP. ADM. ESTAT. E INFORM./POLICIAL CIVIL (DFA/DFG (DAS)). Fonte:SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	0058150X	02/08/1999
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária do cargo exercido pela servidora, com outros possíveis vínculos existentes, os quais foram constatados na RAIS 2011: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES PLANALTO LT (PIS/PASEP: 12356271408), desde 27/08/2008, com jornada de 4 horas semanais; INST EURO AMERICANO DE EDUC CIEN E TECN, desde 01/05/2007, com jornada de 16 horas semanais.				

22	Nome: MARCIA CRISTINA BARROS E SILVA DOS REIS			CPF: 561.183.411-68
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / DIRETOR/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)). Fonte: SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01777254	01/04/2009
MEDICO - OFTALMOLOGIA (701036). Fonte: SIGRH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	14415410	18/01/2013
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pela servidora, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 38614455  
Proc 20975/2013  
Proc. 20.975/13

rubrica

<b>23</b>	<b>Nome:</b> MARCIA SCHELB			<b>CPF:</b> 791.717.291-00
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01801015	22/06/2009
MEDICO - CL. MED. QUEIMADOS (701058). <b>Fonte:</b> SIGRH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	01859641	08/03/2010
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pela servidora, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB. Justificar, em bases legais, a percepção cumulativa da parcela "Auxílio-Alimentação" nos dois vínculos.				

<b>24</b>	<b>Nome:</b> MARCO DE AGASSIZ ALMEIDA VASQUES			<b>CPF:</b> 821.931.504-00
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01778668	07/04/2009
MEDICO (483001). <b>Fonte:</b> SIAPE		MINISTERIO DA DEFESA (40105)	1691980	14/07/2009
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

<b>25</b>	<b>Nome:</b> PAULO MACHADO RIBEIRO JUNIOR			<b>CPF:</b> 323.391.272-20
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00593281	13/09/2002
MEDICO (483001). <b>Fonte:</b> SIAPE		MINISTERIO DA DEFESA (40105)	1412502	27/11/2009
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pelo servidor, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

<b>26</b>	<b>Nome:</b> RUBIANE YOSHIMURA ALVARENGA LOBO			<b>CPF:</b> 721.315.861-91
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED). <b>Fonte:</b> SIGRH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	0177719X	01/04/2009
MEDICO - ANESTESIOLOGIA (701013). <b>Fonte:</b> SIGRH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	14356783	12/09/2011
<b>Questionamentos:</b> Comprovar a compatibilidade horária dos cargos exercidos pela servidora, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da CRFB.				

<b>27</b>	<b>Nome:</b> SERGIO DE CASTRO CUNHA JUNIOR			<b>CPF:</b> 927.321.786-91
-----------	--	--	--	----------------------------





Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / CHEFE SECAO RADIOLOGIA FORENSE/PERITO MEDICO LEGISTA (DFA/DFG (DAS)).Fonte: SIGH	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	00588601	30/01/2002
MEDICO - UROLOGIA (701049). Fonte: SIGH	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	01406531	05/04/2001
<b>Questionamentos:</b> Verificar, após a cessação do afastamento do cargo de Médico na Secretaria de Estado de Saúde, se há cumprimento do requisito constitucional da compatibilidade horária.			

28	Nome: ZILDINAI FRANCA DE OLIVEIRA			CPF: 843.758.927-49
Cargo		Órgão	Matrícula	Admissão
PERITO MEDICO-LEGISTA (MED) / GERENTE/POLICIAL CIVIL (DFA/DFG (DAS)). <b>Fonte:</b> SIGH		POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (311)	01815288	05/08/2009
MEDICO - ANESTESIOLOGIA (701013). <b>Fonte:</b> SIGH		SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (552)	01537768	13/03/2006
<b>Questionamentos:</b> Verificar, após a cessação do afastamento do cargo de Médico na Secretaria de Estado de Saúde, se há cumprimento do requisito constitucional da compatibilidade horária.				

64. Em resposta à Nota de Auditoria nº 4/2013, a Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF elaborou o Ofício nº 2105/2013-DGP, de 12.08.2013, encaminhando as informações obtidas sobre as cessões/acumulações de cargos públicos, sobre o que se faz análise individualizada.

65. Sobre a acumulação de dois cargos de médico, pelo servidor André Luiz de Faria Leite, consta informado pela Chefia da Seção de Registros Funcionais (Protocolo nº 836508/2013-DGP) que a incidência fora objeto do Processo nº 052.000976/2010, sendo considerada lícita. Ademais, na Relação de Históricos/Empregados, extraído do SIGH, há registro de que o servidor, em atenção ao Despacho nº 68/2011-DPT, informou cumprir jornada de 20 horas semanais no cargo vinculado ao TJDF (fl. 493). Nesse caso, afigura-se dispensável nova perquirição sobre o caso.

66. Situação similar é a dos servidores Luciano Ferreira Morgado, Cristiano Gonçalves Fleury Curado, Erudith Mendes Rocha Curado, Malthus Fonseca Galvão e Rubiane Yoshimura Alvarenga Lobo, em que a Administração informou a licitude da acumulação de cargos, apurada em processos administrativos próprios, tornando despendicendas nesta oportunidade, novas averiguações.

67. Em relação à acumulação dos cargos em que incidem os servidores



Antônio Gomes Franqueiro e Alexandre Lacerda de Brito, informou a jurisdicionada a autuação dos Processos nºs 052.000.919/2010 e 052.000.979/2010, respectivamente, que aguardam conclusão dos trabalhos levados a efeito pela Comissão Permanente de Acumulação (fl. 472). Assim, necessário aguardar o término dos procedimentos iniciados.

68. No concernente aos servidores Antônio José Melo Rodrigues, João Carlos Pinheiro Júnior, Francisco Wellington M R Chagas e Mara Jane Candido de Oliveira, foram disponibilizados os comprovantes de desligamento das empresas a que estavam vinculados no exercício de 2011, de modo que se tem por regularizada a situação dos interessados (fls. 473/490).

69. Em resposta às indagações sobre os servidores Erivaldo Alves Pinto, Marcus Vinícius Marques, Robertson de Macedo Gonçalves e Rosemeire de Araújo Parejas, foram apresentadas as documentações comprobatórias da cessão dos servidores à Câmara Legislativa do DF, de modo que se tem por regularizada a situação dos interessados (fls. 463/470).

70. Da relação anexa à Nota nº 04/2013, com a indicação dos servidores incorrendo em acumulação de cargos públicos, registre-se o envio do Memorando nº 758/13-DGP (fls. 491) à Comissão de Acumulação de Cargos para apurar e adotar as providências pertinentes nas situações funcionais em que não há documentos ou processos referentes à acumulação de cargos, hipótese que contempla os seguintes servidores: Gilberto Pereira Alves, Marina Ramthum do Amaral, Ricardo Leite Santos Medeiros, Edmilson Mendes Coutinho, José Ribamar Sousa Machado Filho, Luciana Satie Narita do Amaral Gurgel, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques, Paulo Machado Ribeiro Júnior e Sérgio de Castro Cunha Júnior.

71. No respeitante à servidora ZILDINAI FRANCA DE OLIVEIRA, consta registrado no SIGRH conclusão da Comissão de Acumulação de Cargos da PCDF pela licitude da acumulação de cargos, especialidade Médica, nos vínculos com a SES e PCDF. Adicionalmente, encontra-se consignado o afastamento do cargo efetivo vinculado à Secretaria de Saúde, em observância ao artigo 120 da Lei nº 8.112/90, enquanto no exercício de cargo comissionado junto à Policlínica da PCDF (fls. 509). Ressalta-se que a referida servidora não está percebendo remuneração na SES, situação que se encontra em conformidade com a Decisão 2975/2008.

#### **2.2.1.1.2 Do auxílio-alimentação quando da acumulação de cargos**

72. Na área federal, a concessão do auxílio-alimentação encontra-se disciplinada pelo artigo 22 da Lei nº 8.460/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97,



o qual estabelece, entre outros aspectos, a concessão única desse benefício, *verbis*:

*Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 1997)*

*§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)*

*§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)*

*(...)*

*§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)*

73. No âmbito distrital, o benefício em comento foi instituído pela Lei nº 786/94, mantido pela Lei Complementar nº 840/2011, as quais também vedam a percepção de mais de um benefício a esse título, conforme demonstrado abaixo:

*Lei Complementar nº 840/2011:*

*Art. 112. O auxílio-alimentação sujeita-se aos seguintes critérios:*

*II – não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago in natura;*

*III – depende de requerimento do servidor interessado, no qual declare não receber o mesmo benefício em outro órgão ou entidade;*

74. Ademais, o art. 1º da Portaria n.º 72, de 1º de novembro de 2000, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa – SGA dispõe que a concessão do auxílio-alimentação se dará mediante prévia assinatura de Termo de Opção, conforme modelo fixado no Anexo I dessa norma, assim expresso: *Desejo receber o Auxílio Alimentação por não perceber idêntico benefício em outro órgão público.*

75. Confrontando inicialmente os dados dos servidores/pensionistas da PCDF constantes do sistema SIGRH (9.161 registros), comprovou-se que 120 destes percebe o benefício em outro órgão da Administração Pública. Assim, procedeu-se à análise individualizada, objetivando verificar pagamento em duplicidade do retromencionado benefício. Registre-se, por oportuno, que esta Corte de Contas, em auditoria realizada na PCDF, objeto do Processo nº 26.624/09, proferiu a Decisão nº 485/2011, manifestando o entendimento (item V), vazado nos seguintes termos, *verbis*:

*V – cientificar à PCDF que tanto a Lei federal nº 8.460/92 (art. 22) quanto a distrital nº 786/94 (art. 2º) vedam, a qualquer título, a percepção cumulativa de Auxílio-Alimentação;*

76. Após a referida análise, a equipe logrou identificar 12 servidores, integrantes da Carreira de Perito Médico Legista da PCDF e da Carreira Médica – SES, que percebem em duplicidade o auxílio-alimentação (fls. 510/522). Dessa forma, optou-se por distribuir os casos em dois quadros distintos. O primeiro grupo refere-se aos



servidores cuja situação de irregularidade já havia sido noticiada no referido Processo nº 26.624/2009 (já arquivado); e, o segundo grupo, à leva de servidores não contemplados/listados no referido processo. Em todos os casos, o órgão que efetua os pagamentos em duplicidade com a PCDF é a Secretaria de Estado de Saúde do DF.

**Primeiro Grupo**

MATRICULA SGRH (SES)	CPF	NOME	Benefício de Julho/13
1278606	41547292768	ALEXANDRE FRANCA RICCIARDI	R\$ 373,00
1281003	34273018187	CRISTIANE ALVES COSTA	R\$ 373,00
0129217X	29722870106	ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA	R\$ 373,00
1404466	37227971104	JOSE GERALDO DE ANDRADE JUNIOR	R\$ 373,00
1295217	442234716	MARISE HELENA FRIGINI DA SILVA	R\$ 373,00
1314955	29780802134	RICARDO CESAR FRADE NOGUEIRA	R\$ 373,00
1379518	46111190172	SIMONE CORREA ROSA	R\$ 373,00
1295586	66384508753	VILSON DE MATOS LIMA	R\$ 373,00

**Segundo Grupo**

MATRICULA SGRH (SES)	CPF	NOME	Benefício de Julho/13
16586751	77429907172	CRISTIANO GONCALVES FLEURY CURADO	R\$ 373,00
1289098	33458243100	EDMILSON MENDES COUTINHO	R\$ 373,00
1640151	83375759134	ERUDITH MENDES ROCHA CURADO	R\$ 373,00
1859641	79171729100	MARCIA SCHELB	R\$ 373,00

77. Por tais evidências, foram elaboradas as Notas de Auditoria nºs 004 (fls. 24/29) e 005 (fls. 30/31), nas quais foram solicitados à jurisdicionada esclarecimentos sobre a percepção cumulativa do auxílio-alimentação, tendo em conta manifestação desta Corte de Contas no Processo nº 26.624/09, em especial, o teor do item V da Decisão nº 485/2011, bem assim os termos dos artigos 22, § 2º da Lei Federal nº 8.460/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, e 112, inciso II, da Lei Complementar nº 840/11.

78. Conforme já abordado anteriormente, com o objetivo de esclarecer as situações abordadas na Nota de Auditoria nº 4, a Diretora do Departamento de Gestão



de Pessoas/PCDF elaborou o Ofício nº 2105/2013-DGP, de 12.08.2013, encaminhando as informações prestadas quanto às cessões/acumulações de cargos públicos. Todavia, nada aduziu em resposta ao item “a.3”, contido na citada Nota, que trata do quesito relativo à percepção de auxílio-alimentação em duplicidade dos servidores Cristiano Gonçalves Fleury Curado, Edmilson Mendes Coutinho, Erudith Mendes Rocha Curado e Márcia Schelb (Segundo Grupo), conforme itens 14, 15, 16 e 23 do Anexo I, todos da retromencionada Nota de Auditoria.

79. Quanto à Nota de Auditoria nº 5, que trata dos servidores cuja situação de irregularidade (percepção em duplicidade do auxílio-alimentação) fora objeto de análise no referido Processo nº 26.624/2009, deixou a jurisdicionada de tecer os esclarecimentos devidos, circunstância que enseja recomendação saneadora.

#### 2.2.1.1.3 Da pensão temporária da filha maior solteira

80. Antes de adentrar na análise propriamente dita da matéria, entende-se pertinente deixar registrado o contexto sócio-histórico no qual se originou o benefício.

81. O papel da mulher na sociedade brasileira da década de 1950 era bem diferente da realidade atual. A mulher dessa década, na sua maioria, tinha como funções o bem-estar dos filhos, do marido e da casa. Ao homem cabia ser o chefe da família, sendo a autoridade da casa e o responsável pelo orçamento doméstico. Essa realidade já não é mais a vigente na sociedade brasileira. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais-2007 do IBGE, em 2006 o número de mulheres responsáveis pelos domicílios era de 18,5 milhões. Esses mesmos indicadores apontam o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e o aumento da porcentagem média de escolaridade feminina<sup>13</sup>.

82. Conforme dito, a inclusão da filha maior solteira no rol de beneficiários da Lei nº 3.373/58 decorria da presunção legal de dependência econômica, dada a estrutura social do País, à época. A norma objetivava proporcionar recursos para a manutenção da família do servidor depois da sua morte, conforme art. 1º da Lei nº 3.373/58:

*'Art. 1º Plano de Previdência tem por objetivo principal possibilitar aos funcionários da União, segurados obrigatórios definidos em leis especiais e peculiares a cada instituição de previdência, meios de proporcionar, depois de sua morte, recursos para a manutenção da respectiva família.'* (grifos acrescidos)

83. Depreende-se, portanto, que a partir do momento em que a filha maior

<sup>13</sup> Trecho da Instrução Técnica constante do Acórdão TCU nº 892/2012-P.



solteira beneficiária de pensão civil, legada por ex-servidor/a, constitui nova família, fundada no casamento ou na condição de união estável, diante do dever do casal de assistência econômica mútua e recíproca, ela perde a condição de dependente econômica e, nestas circunstâncias, deve cessar para o ente público o dever de prestar-lhe alimentos<sup>14</sup>.

84. Quanto à união estável, ressalta-se que, até bem pouco tempo, esta não se equiparava *in totum* ao casamento; contudo, essa equivalência que, no âmbito civil, se consolidou com a Lei nº 10.406/2002, também passou a ser considerada para fins previdenciários, na medida em que, viúva ou companheira igualmente podem ser qualificadas como pensionistas vitalícias. Nesse sentido, exaurindo-se a dependência econômica é de rigor que o pensionamento seja cessado. Assim, o ingresso da beneficiária temporária em cargo/emprego público permanente, ou, eventualmente, a percepção de outra pensão civil vitalícia (viúva/companheira), consubstanciam condição resolutive para a extinção do benefício temporário de que trata a Lei nº 3.373/58.

85. Sobre o tema, cabe informar que já houve manifestação do Tribunal, conforme deliberação endereçada à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa (Decisão nº 1327/2007 – Processo nº 30.067/06) no sentido de *“orientar os órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal a colher, periodicamente, das beneficiárias de pensão civil, habilitadas na condição de filha maior solteira, declaração, sob as penas da lei, de que permanecem na situação de solteiras, não mantêm relacionamento em **estado de união estável** e não exercem cargo ou emprego público em caráter permanente.”*, bem como, *“III - autorizar: a) a 4ª ICE a verificar, em futuras auditorias programadas, o cumprimento desta decisão;”*. (grifo nosso)

86. Em linha com o que foi decidido no Processo nº 30.067/06, cumpre esclarecer que à filha solteira equipara-se a filha viúva, divorciada ou desquitada<sup>15</sup>. Tal equiparação pressupunha o restabelecimento da dependência econômica em relação ao instituidor, de modo que, reunidas as demais condições exigidas na Lei nº 3.373/58, lícito o pensionamento. Por óbvio, considerando que a lei tem vigência no tempo e no espaço, a hipótese de equiparação ora ventilada somente se materializaria se a pensão viesse a ser instituída, e a viuvez, divórcio ou desquite ocorresse, na vigência da referida Lei nº 3.373/58.

87. Pelo exposto a pensionista temporária, habilitada na condição de filha maior e solteira, deve comprovar periodicamente as seguintes condições para a continuidade do pagamento do benefício:

<sup>14</sup> Trecho do Processo TC 008.273/2007-1.

<sup>15</sup> O vetusto termo (desquite) justifica-se em razão da época de aplicação da norma.





- a) ser solteira ou não manter relacionamento que caracterize união estável;
- b) não ser ocupante de cargo ou emprego público permanente na Administração Pública direta ou indireta;
- c) não se encontrar na situação de beneficiária de pensão vitalícia na condição de cônjuge ou companheira.

88. Assim, diante da precariedade da pensão temporária estatuída pela Lei nº 3.373/58, a qual impõe que o benefício somente deve perdurar enquanto mantida a situação inicial que a instituiu, deve a jurisdicionada observar periodicamente se o *status quo ante* (condições existentes à época da concessão do benefício) não foi modificado.

89. De acordo com o Fundo único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RioPrevidência), das 30.239 pensionistas “filhas solteiras”, cerca de 7.500 (25%) possuem mais de um filho com o mesmo companheiro. Para a Procuradoria do Estado, isso é um forte indício de que essas mulheres tiveram ou têm união estável, o que, conforme relatado acima, extinguiria o direito ao benefício<sup>16</sup>. Segundo o presidente do RioPrevidência, “muitas das pensionistas que negaram a existência de união estável possuem mais de um filho com a mesma pessoa (chegando a casos de 5 ou mais filhos com a mesma pessoa)”.

90. Ademais, dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados recentemente pelo IBGE, indicam que 49,4% das mulheres que possuem filhos são casadas ou vivem em situação de união estável e apenas 12,2% das mulheres têm filhos sem estabelecer tal vínculo<sup>17</sup>, o que corrobora os indícios da prevalência da união estável entre grande parte das pensionistas.

91. Assim, como forma de efetuar o acompanhamento posterior da manutenção das condicionantes exigidas, qual seja, ser solteira e não auferir renda, torna-se salutar a exigência da apresentação de cópia da declaração de imposto de renda enviada anualmente à Receita Federal do Brasil, uma vez que lá constam dados necessários para esta confirmação, entre os quais, fonte de renda, existência de filhos e/ou de cônjuge/companheiro.

92. Outro meio eficiente de se perquirir a existência de união estável é a consulta ao cadastro da Receita Federal do Brasil, que contém, além de outros dados, o endereço do contribuinte pesquisado. Com esse instrumento, e de posse da certidão de nascimento dos filhos das pensionistas, pode-se consultar o endereço do genitor, objetivando comprovar eventual coabitação com a respectiva beneficiária. Tais meios de prova, inclusive, já foram utilizados pelo Tribunal de Contas da União para

<sup>16</sup> <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ri/2012-12-03/rioprevidencia-deve-cortar-3529-pensoes-de-filhas-solteiras-apos-materia-do-ig.html>

<sup>17</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/10/familias-chefiadas-por-mulheres-sao-373-do-total-no-pais-aponta-ibge.html>





fundamentar a perda do benefício pensional à filha maior solteira, pois a “*jurisprudência de nossos tribunais afirma que a coabitação não é indispensável à configuração da união estável, já que, em razão das profundas mudanças ocorridas em nossa sociedade, não é raro encontrar cônjuges ou companheiros residindo em locais diferentes. Mas, certamente, quando há coabitação, os outros requisitos (união duradoura, pública, contínua e estabelecida com intenção de constituição de família) acabam preenchidos, pois a convivência sob o mesmo teto gera, entre outras particularidades, uma grande estabilidade ao relacionamento afetivo, não havendo como negar a existência de uma união estável*”. (Acórdão TCU nº 1350/2012 - Plenário)

93. Nesse cenário, sobressai a necessidade de a jurisdicionada manter os cadastros atualizados, fazendo-se necessário solicitar, periodicamente (Decisão nº 1327/2007), às pensionistas a apresentação de cópia da certidão original de registro de nascimento dos filhos, ou declaração de não os possuir, com alerta para o que dispõe o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem assim cópia da declaração anual de imposto de renda, para os fins antes delineados.

94. Com o objetivo de apurar dados referentes às pensionistas vinculadas à PCDF, mediante a Nota de auditoria nº 002/2013, foi solicitada a lista de beneficiárias de pensão civil, habilitadas na condição de filha maior solteira nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58, em que estivessem discriminados: nome, CPF, declaração de que permanecem na condição de solteiras (inexistência de união estável) e de que não exercem cargo ou emprego público em caráter permanente.

95. Em atendimento, a jurisdicionada disponibilizou pasta com os dados e documentos das beneficiárias de pensão fundamentada nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58, num total de 138 pensionistas. De posse das informações, foi possível efetuar o cruzamento dos dados obtidos com os constantes no SIAPE, no SIGRH, na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Bases: 2007, 2008, 2009 e 2011) e nos Portais de Transparência do Governo Federal, em especial no do Tribunal de Contas da União. Da análise, extraíram-se as seguintes ocorrências:

QUADRO V			
NOME	CARGO/VINCULO	ESTADO CIVIL	FONTES
Anézia Maria de Alencar Eulálio	-	Casada	SIAPEnet
Erlane de Cassia Silva Mendes	DAS 101.4 (Executivo Federal)	Solteira	Portal da Transparência Federal
Gilzane Quirino Rodrigues Correia	Pensionista Vitalícia	Companheira	SIGRH
Luzia Maria Galheno Neta	-	Divorciada	SIGRH
Maisa de Araújo Lopes da Silva	-	Divorciada	SIGRH
Miriam da Silva Freitas	-	União Estável	SIGRH



Mônica Maria Costa Dalosto	-	Viúva	SIGRH
Renata Borges Sevilha	Terceiro-Sargento (Comando do Exército)	Solteira	Portal da Transparência Federal
Simone Cristina Vaz Velloso	-	Casada	SIGRH

96. Dados sobre a pensionista **ANEZIA MARIA DE ALENCAR EULALIO**, matrícula SIGRH nº 38298-1, apontaram cadastro no SIAPE, sob a matrícula nº 0456909, no vínculo com o Ministério da Cultura. Na análise das informações cadastrais lançadas no SIAPE, consta o status "CASADO" (fls. 524), em desacordo com a cópia da certidão de nascimento original, emitida em 26/3/2013 (fls. 526), apresentada à jurisdição em observância aos termos do parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 160/2007 – SEPLAG e da Decisão nº 1327/07. Tais divergências demandam, portanto, esclarecimentos por parte da beneficiária.

97. Quanto às pensionistas **MIRIAM DA SILVA FREITAS** e **SIMONE CRISTINA VAZ VELLOSO**, seus cadastros apresentam, respectivamente, estado civil "UNIÃO ESTÁVEL" (SIGRH) e "CASADO" (SIGRH e SIAPE). No caso da primeira, há o registro no SIGRH de GLEIRISON CAIXETA (fls. 529) como cônjuge da beneficiária, informação que diverge da certidão de nascimento original apresentada à jurisdição quando do recadastramento semestral (fls. 533). Em relação à Simone Cristina Vaz Velloso, pesquisa efetuada no SIGRH comprova que a pensionista é mãe de Adrieli Vaz de Oliveira (servidor GDF - matrícula SIGRH nº 1742698) e de Vinícius Vaz de Oliveira (servidor GDF - matrícula SIGRH nº 1699687), nascidos em 14/11/1989 e 29/10/1990, respectivamente, frutos do relacionamento com Gilberto de Oliveira Soares (fls. 539). Todavia, no recadastramento semestral promovido em março de 2013, a pensionista declarou não ter vínculo caracterizador de entidade familiar, divergências que demandam esclarecimentos (fls. 534).

98. Em consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal restou confirmado que a pensionista **ERLANE DE CASSIA SILVA MENDES**, matrícula SIGRH nº 58642-0, acumula pensão com o exercício de cargo comissionado (DAS 101.4) no Ministério da Educação. A servidora ocupa o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (fls. 540), mas neste caso não está alcançada pela vedação legal à percepção do benefício.

99. Na consulta ao SIGRH, voltada à obtenção de dados sobre a pensionista **GILZANE QUIRINO RODRIGUES CORREIA**, apurou-se a acumulação de duas pensões, uma temporária, com fundamento parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58 (filha maior e solteira - SIGRH Mat. nº 36298-0) e outra vitalícia (SIGRH Mat. nº 152706-1), concedida na condição de companheira do ex-servidor Sebastião Braz de Moraes Filho. No Processo TCDF nº 10.435/2007, que trata da pensão vitalícia,



considerada legal pelo Tribunal, conforme Decisão nº 8171/2009, foram examinados documentos voltados a comprovar a condição de união estável entre a pensionista e o instituidor, os quais foram considerados hábeis para os fins pretendidos, conforme se extrai do parágrafo 11 da instrução produzida pela Unidade Técnica, *verbis*:

*“11. O ex-servidor era separado judicialmente de LILIAN MACHADO, com quem teve o filho JOBSON. Desse modo, a pensão foi destinada à Srª GILZANE, na condição de companheira do ex-servidor. Os filhos Nathália e Bianka são frutos dessa união. Como prova da união estável tem-se a Certidão de Casamento no religioso da Srª GILZANE com o de cujus em 13/08/1990 (fl. 08- apenso pensão), Certidão de Nascimento dos filhos havidos em comum (fls. 09 e 10- apenso pensão) e prova de mesmo endereço (fls. 18/20- apenso pensão).”*

100. No que diz respeito à pensão temporária ora mencionada, instituída por RAIMUNDO QUIRINO CORREIA, objeto do Processo GDF nº 50000904/1992 (Processo nº 8057/93), releva consignar que o Tribunal, pela Decisão nº 7212/2009, conheceu da renúncia formulada pela aludida beneficiária e publicada no DODF de 15.10.2008, conforme explanação feita no presente relatório (§20).

101. De outra feita, consta do Relatório nº 153/2013-SEAC/DGP/PCDF (fls. 547) informação de que a interessada não comparecera para efetuar o recadastramento semestral em março de 2013, no concernente à pensão vitalícia, em que pese o registro de comparecimento no período de 2007 a 2012. A inobservância aos termos do art. 5º da Portaria nº 160/2007 resultou, em abril de 2013, na autorização para suspender o benefício enquanto não regularizado o respectivo cadastro. Ainda em consulta ao SIAPE (julho/2013), não se logrou identificar o pagamento da pensão.

102. Em consulta ao SIGRH, esta Unidade Técnica também verificou que as pensionistas **LUZIA MARIA GALHENO NETA, MAISA DE ARAUJO LOPES DA SILVA** e **MÔNICA MARIA COSTA DALOSTO**, matrículas SIGRH nºs 23720-5, 36194-1 e 32089-7, respectivamente, estão cadastradas no campo Estado Civil com o status “DIVORCIADO”, para as duas primeiras, e “VIUVO”, para a última (fls. 529). Conforme abordado anteriormente, cabe destacar que somente é autorizado equiparar a filha viúva, divorciada ou desquitada, à filha maior solteira, para fins de pensão, se viver sob dependência econômica do instituidor da pensão, devendo tais condições ser comprovadas na data da abertura da sucessão pensional<sup>18</sup>.

103. No caso presente, em atendimento ao parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 160/2007 – SEPLAG foram apresentadas, pelas pensionistas, as certidões de nascimento originais (fls. 550, 553 e 558), o que conflita com o cadastro no SIGRH.

<sup>18</sup> cf. Decisões TCU 206/1992 e 360/1992-Primeira Câmara; 132/1994 e 92/1996-Segunda Câmara, Acórdãos nº 3.387/2006- Segunda Câmara, nº 972/2008-Segunda Câmara e nº 906/2009-Primeira Câmara.



104. Tendo em conta esta situação, deve a jurisdicionada esclarecer a divergência, especialmente perquirindo a correção dos dados no SIGH. Se for o caso, deve ainda proceder à extinção do benefício, bem como tomar as devidas providências com vistas ao ressarcimento das quantias recebidas indevidamente.

105. Em consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, esta Unidade Técnica verificou que a pensionista **RENATA BORGES SEVILHA**, matrícula SIGH nº 59379-6, acumula pensão com o exercício de cargo público no Ministério da Defesa. A servidora pertence à carreira militar e ocupa a graduação de Terceiro-Sargento desde 28/2/2008 (fls. 560).

106. Por relevância, cabe destacar que a supracitada pensionista declarou, em 28.3.2013, não exercer cargo público permanente em órgão da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal (fls. 562), situação que carece de esclarecimentos.

107. Em vista desse cenário cabe à jurisdicionada, observado o princípio constitucional do contraditório e da ampla-defesa, convocar a pensionista para se manifestar quanto a acumulação da pensão com o exercício do cargo público, situação que pode ensejar a extinção do benefício, bem como o ressarcimento das quantias recebidas indevidamente, atualizadas na forma da Emenda Regimental nº 13/2003 e da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001.

108. Em consulta à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Base 2011), esta Unidade Técnica verificou que algumas pensionistas habilitadas na condição de filha maior solteira, possuíam, em 2011, além da pensão civil, vínculo empregatício com empresas privadas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO V			
NOME	EMPRESA	CNPJ	PIS/PASEP - Matrícula
Anna Daniele Reis Gomes	SOC EDUCAC PADRE AFFONSO LTDA EPP	08944929000180	12316903284
Cláudia de Jesus Silva	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALDA NOVAS (POD EXEC MU) – Cargo em Comissão	05.593.119/0001-39	19033816337
Elaine Ferreira Neves	MARIANA VAN ERVEN SANTOS EPP	10462672000172	12711801278
Elaine dos Santos Silva	CTIS TECNOLOGIA S.A	01644731002852	14334375274
Eloisa Pereira de Souza	Secretaria de Estado de Educação – Contrato Temporário	00.394.676/0001-07	60059435



Helenice Fernandes de Almeida	PATRIMONIAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA / WORKS CONSTRUCAO & SERVICOS LTDA	01596964000107 / 56419492000109	12601539277
Irineia Bispo Lourenço	CLINICA JARDIM LTDA	01618175000120	12356180372
Lídia Maria dos Santos	WALMART BRASIL LTDA	00063960004511	10786821849

109. Tais situações, segundo entendimento prolatado pela Corte de Contas (Decisão 1327/07 – Processo nº 30.067/06), não estão alcançadas pela vedação legal à percepção do benefício.

#### **2.2.1.2 Causas e Efeitos**

110. É bem de ver que os achados de auditoria evidenciados derivam de falhas nos controles internos, sobretudo pelo fato de que o processamento da folha da PCDF ocorrer no SIAPE dificultando a checagem de dados com o SIGRH, em que se encontra os dados dos demais servidores distritais. Tais achados podem resultar em queda da qualidade da prestação do serviço público e em prejuízo ao erário. Nas hipóteses de acumulação lícita de cargos públicos, a teor do insculpido no artigo 37, inciso XVI da Carta Magna, subjaz a obrigação de se comprovar a compatibilidade horária. Conforme explanado, esse quesito restou pendente de esclarecimentos, limitando-se a jurisdição a trazer informações apenas sobre as jornadas de trabalho cumpridas pelos servidores detentores de mais de um vínculo. O fato pode configurar fragilidade nos controles internos.

111. A percepção em duplicidade do auxílio-alimentação também denota a necessidade de sistematização nos controles e resulta em prejuízo aos cofres públicos, alvitando-se a possibilidade de devolução ao erário dos valores indevidamente recebidos a esse título tendo em vista o entendimento firmado no Processo nº 26.624/09, Decisão nº 485/2011.

112. Em relação às pensões, nas hipóteses em que se verificou o descumprimento dos requisitos para a manutenção do benefício à filha maior solteira, depreende-se que a incidência decorre, em parte, da deficiência de recursos da Administração em monitorar todos os casos catalogados, a teor da Portaria nº 160/07-SEPLAG e da Decisão nº 1327/07, e em parte, da própria noção de impunidade que têm internalizado as interessadas sobre o ilícito. Ademais, o pagamento indevido desses benefícios acarreta, sem dúvida, prejuízo ao erário.



### 2.2.1.3 Proposições

113. Sugere-se ao e. Tribunal:

- I. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação que certifica o cumprimento das medidas adotadas:
  - a) apure a regularidade de acumulação de cargos públicos e, se for o caso, a observância da compatibilidade horária, das situações dos servidores:
    - 1) Ana Maria Cabral Ribeiro, Edilene de Oliveira Dornelas, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Euler Costa Vidigal, José Henrique da Silva, Nelson Massini e Rodrigo Nascimento de Avellar Fonseca (Nota de Auditoria nº 3);
    - 2) Gilberto Pereira Alves, Marina Ramthum do Amaral, Ricardo Leite Santos Medeiros, Edmilson Mendes Coutinho, José Ribamar Sousa Machado Filho, Luciana Satie Narita do Amaral Gurgel, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques, Paulo Machado Ribeiro Júnior e Sérgio de Castro Cunha Júnior (Nota de Auditoria nº 4);
  - b) informe ao Tribunal o resultado dos Processos nºs 052.000.919/2010 e 052.000.979/2010, que tratam da apuração de acumulação de cargos exercidos pelos servidores Antônio Gomes Franqueiro e Alexandre Lacerda de Brito, manifestando-se, ainda, sobre a observância da compatibilidade horária;
  - c) convoque os servidores listados nos quadros constantes do § 76 do Relatório de Auditoria, que recebem auxílio-alimentação em duplicidade, para que optem por um dos benefícios, providenciando o ressarcimento dos valores indevidamente percebidos a esse título, a contar de março/2011 (publicação da Decisão 485/2011), de forma a adequar-se à legislação de regência (artigos 22, § 2º da Lei Federal nº 8.460/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, e 112, inciso II, da Lei Complementar nº 840/11) e à jurisprudência do TCDF (item V da Decisão 485/2011);
  - d) esclareça, no que se refere às pensionistas mencionadas nos parágrafos 96, 97, 102 e 105, as divergências apontadas no Relatório de Auditoria, informando à jurisdicionada que, se confirmada a ilicitude na percepção do benefício temporário, as





providências daí decorrentes, incluindo a cessação do pagamento, devem ser precedidas do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da apuração dos valores recebidos indevidamente com vista à recomposição do erário;

- II. recomendar à Polícia Civil do Distrito Federal que implemente verificações periódicas com a finalidade de aferir se permanecem inalteradas as condições que ensejam a concessão de pensão civil temporária a filhas maiores solteiras (Lei nº 3.373/58), conforme Decisão nº 1327/07, exigindo, se for o caso, a apresentação de elementos probantes, a exemplo dos mencionados no § 93 do Relatório de Auditoria, de modo que fique comprovado, relativamente às beneficiárias:
- a) ser solteira ou não manter relacionamento que caracterize união estável;
  - b) não ser ocupante de cargo ou emprego público permanente na Administração Pública direta ou indireta;
  - c) não se encontrar na situação de beneficiária de pensão vitalícia na condição de cônjuge ou companheira.

### **3 BOAS PRÁTICAS**

114. Convém destacar que durante a realização dos trabalhos de fiscalização *in loco* foram observadas iniciativas dignas de elogio (boas práticas), em especial, na adoção de sistemática de controle dos cadastros dos benefícios pensionais às filhas maiores e solteiras, amparadas pela lei nº 3.373/58, cujo recadastramento tem observado o teor da Portaria nº 160/07-SEPLAG e a orientação do Tribunal (Decisão nº 1327/07), bem assim a agilidade e prontidão no atendimento às solicitações feitas pela equipe designada.

### **4 CONCLUSÃO**

115. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na PCDF, a equipe designada concluiu que as recomendações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram cumpridas pelo órgão. A conferência dos aspectos financeiros da amostra selecionada, à luz da Decisão nº 77/2007, comprovou a aderência dos pagamentos às disposições legais que regem a estrutura remuneratória da Carreira de Delegado de Polícia e da Carreira de Polícia Civil, esta integrada pelos cargos de Perito Criminal, Perito Médico





Legista, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Papiloscopista Policial e Agente Penitenciário.

## **5 PROPOSIÇÕES**

116. Pelo exposto, sugere-se:

- I. tomar conhecimento do presente relatório e dos documentos juntados aos autos às fls. 1/565;
- II. ter por cumpridas as decisões com recomendação posterior constantes dos Quadros I e III;
- III. autorizar a DIFIPE a verificar em futura fiscalização na PCDF o cumprimento das decisões plenárias constantes no Quadro II;
- IV. recomendar à jurisdicionada que envie gestões junto ao gestor do SIAPE (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no sentido de corrigir as divergências detectadas entre o percentual do adicional por tempo de serviço – ATS consignado nos demonstrativos de pagamentos e aquele apurado para esse fim, constantes dos mapas demonstrativos dos respectivos servidores, bem assim junto ao gestor do SIGRH (SEAP), objetivando a atualização dos cadastros funcionais dos servidores da PCDF, em especial a correção dos percentuais de ATS dos casos listados no Quadro IV do Relatório de Auditoria;
- V. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação que certifica o cumprimento das medidas adotadas:
  - a) regularize os pagamentos efetuados ao aposentado SEBASTIÃO EUSTÁQUIO ANDRADE, na proporcionalidade constante do abono provisório de fls. 256 (Processo GDF nº 50.002.334/1992), observando as orientações emanadas da Decisão 6806/2007 e do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF;
  - b) apure a regularidade de acumulação de cargos públicos e, se for o caso, a observância da compatibilidade horária, das situações dos servidores:
    - 1) Ana Maria Cabral Ribeiro, Edilene de Oliveira Dornelas, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Euler Costa Vidigal, José Henrique da Silva, Nelson Massini e Rodrigo Nascimento de Avellar Fonseca (Nota de Auditoria nº 3);



- 2) Gilberto Pereira Alves, Marina Ramthum do Amaral, Ricardo Leite Santos Medeiros, Edmilson Mendes Coutinho, José Ribamar Sousa Machado Filho, Luciana Satie Narita do Amaral Gurgel, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques, Paulo Machado Ribeiro Júnior e Sérgio de Castro Cunha Júnior (Nota de Auditoria nº 4);
- c) informe ao Tribunal o resultado dos Processos nºs 052.000.919/2010 e 052.000.979/2010, que tratam da apuração de acumulação de cargos exercidos pelos servidores Antônio Gomes Franqueiro e Alexandre Lacerda de Brito, manifestando-se, ainda, sobre a observância da compatibilidade horária;
- d) convoque os servidores listados nos quadros constantes do § 76 do Relatório de Auditoria, que recebem auxílio-alimentação em duplicidade, para que optem por um dos benefícios, providenciando o ressarcimento dos valores indevidamente percebidos a esse título, a contar de março/2011 (publicação da Decisão 485/2011), de forma a adequar-se à legislação de regência (artigos 22, § 2º da Lei Federal nº 8.460/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, e 112, inciso II, da Lei Complementar nº 840/11) e à jurisprudência do TCDF (item V da Decisão 485/2011);
- e) esclareça, no que se refere às pensionistas mencionadas nos parágrafos 96, 97, 102 e 105, as divergências apontadas no Relatório de Auditoria, informando à jurisdicionada que, se confirmada a ilicitude na percepção do benefício temporário, as providências daí decorrentes, incluindo a cessação do pagamento, devem ser precedidas do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da apuração dos valores recebidos indevidamente com vista à recomposição do erário;
- VI. recomendar à Polícia Civil do Distrito Federal que implemente verificações periódicas com a finalidade de aferir se permanecem inalteradas as condições que ensejaram a concessão de pensão civil temporária a filhas maiores solteiras (Lei nº 3.373/58), conforme Decisão nº 1327/07, exigindo, se for o caso, a apresentação de elementos probantes, a exemplo dos mencionados no § 93 do Relatório de Auditoria, de modo que fique comprovado, relativamente às beneficiárias:
- a) ser solteira ou não manter relacionamento que caracterize união estável;



- b) não ser ocupante de cargo ou emprego público permanente na Administração Pública direta ou indireta;
  - c) não se encontrar na situação de beneficiária de pensão vitalícia na condição de cônjuge ou companheira;
- VII. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Polícia Civil do Distrito Federal para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.

À consideração superior.

Brasília, 20 de agosto de 2013.

**Maria do Socorro Gomes de Almeida**

Auditora de Controle Externo

Matrícula nº 156-2

**Renato Fabbrini Marsiglio**

Auditor de Controle Externo

Mat. nº 1450-2